



2ª PARTE

José Carlos Rothen

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP

Palavras chave: Inep, RBEP,
Lourenço Filho, Anísio Teixeira,
Documentação.

Resumo

O artigo trata da história do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) desde sua fundação, em 1938, até 2002. Utiliza matérias publicadas na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* como fonte principal. Discute as articulações políticas que permitiram que o Inep, no período de 1938 a 1971, fosse instalado e se consolidasse como um órgão estatal utilizado pelos escolanovistas para exercer a liderança intelectual na elaboração e implantação de políticas para a educação. Discute as hipóteses de que os diversos momentos de crise e indefinição da *RBEP* coincidem com os momentos de crise e indefinição do próprio Instituto e que, a partir da década de 1980, a *Revista* paulatinamente deixa de ser um instrumento de exercício da liderança pelo Inep.



O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), instalado em 1938 como um órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, constituiu-se, na sua história, como um órgão autônomo que buscou exercer a liderança intelectual das reformas educacionais brasileiras. O Inep contou, a partir de 1944, com a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* como um instrumento para a divulgação da sua produção intelectual e para influenciar na formação das concepções brasileiras de educação. A importância atribuída pelo Instituto à *Revista* permite que a história do Inep possa ser reconstruída a partir de sua própria e do material nela publicado.

A história do Inep – e, conseqüentemente, da sua *Revista* – é marcada por processos de descontinuidade. Os estudos consultados utilizam normalmente o recurso de dividir a história do Inep e da *RBEP* em períodos, podendo os critérios para a periodização ser divididos em internos e externos. Os autores que utilizam critérios internos são Britto (1984), Gandini (1995) e Saavedra (1988); os que utilizam critérios externos são Alvarenga (2000), Castro (1984), Rosas (1984), Saviani (1984) e Sguissardi e Silva Jr. (1998).

Jader de Medeiros Britto, que foi editor da *RBEP*, no Editorial do número 150, maio a agosto de 1984, divide a história da *Revista* em três períodos: de 1944 a 1951; de 1951 a 1964 e o posterior a 1964. No primeiro período, o Inep foi dirigido por Lourenço Filho e Murilo Braga, sendo a ênfase maior dos artigos publicados na *RBEP* relacionada a questões intrinsecamente pedagógicas (administração escolar e psicologia escolar). No segundo período, sob a direção de Anísio Teixeira, a *RBEP* torna-se tribuna do debate em relação à democratização do ensino. No terceiro período, no qual a figura dos diretores do Inep não é tão marcante quanto nos anteriores, a ênfase da *RBEP* dá-se em relação à administração do ensino. Britto afirma ainda, nesse Editorial, que, na nova fase iniciada

em 1983, a *Revista* tinha como objetivo aproximar-se da produção oriunda da comunidade acadêmica.

Raquel Gandini não faz uma periodização propriamente dita. Ao estudar a *RBEP* nos seus primeiros anos, ela utiliza como critério para delimitação do período a ser estudado (1944-1952) a influência de Lourenço Filho no Inep e, conseqüentemente, na *Revista*.

Silvia Maria Galiac Saavedra, funcionária de carreira do Inep, na sua dissertação de mestrado, ao expor a história do Inep, utiliza como critério de periodização a institucionalização do tipo de pesquisa realizada pelo Instituto. Ela divide a história do Inep em quatro momentos: o de 1937 a 1951, período que ela nomeia como o da “Institucionalização da Pesquisa Educacional”, no qual a influência de Lourenço Filho é marcante e a maioria das pesquisas está relacionada com a psicologia; de 1952 a 1963, que ela nomeia como o da “Perspectiva Interdisciplinar da Educação”, é o período em que o Inep é dirigido por Anísio Teixeira; de 1964 a 1976, o da “Pesquisa do esvaziamento ou o esvaziamento da pesquisa”, é caracterizado por um lento processo de eliminação das condições internas para o desenvolvimento da pesquisa educacional; e de 1976 a 1984, que seria o período da “Tentativa da Transformação”.

Amélia Domingues Castro (1984), ao analisar a presença da Didática na *RBEP*, utiliza como marco as grandes reformas do ensino, propondo a seguinte periodização: “Da reforma Capanema à LDB de 1961”; da “LDB de 1961 à de 1971”; e a partir de 1971.

Paulo Rosas (1984), em seu artigo sobre a Psicologia na *RBEP*, utiliza como critério o desenvolvimento da Psicologia no Brasil. Rosas propõe três fases: de 1920 a 1939, de 1940 a 1959, e de 1960 a 1979. Como se observa, Rosas inicia a sua periodização anteriormente ao primeiro número da *RBEP*; este fato pode ser explicado por Rosas ter o objetivo de apresentar o contexto do desenvolvimento da



Psicologia no Brasil no qual é desenvolvido o seu estudo sobre a Revista.

Dermeval Saviani (1984), ao analisar a Filosofia da Educação na *RBEP*, utiliza como critério a vinculação dos artigos por ela publicados com as correntes educacionais brasileiras. Ele baseia-se numa periodização provisória dessas correntes educacionais constante de artigo publicado no ano anterior, assim: de 1945 a 1960, concepção humanista moderna; de 1960 a 1969, articulação entre a concepção humanista moderna e a tecnicista; de 1969 em diante, em que domina a concepção tecnicista e as manifestações da filosofia analítica. Segundo a sua análise, até o ano de 1962 são publicados exclusivamente artigos com enfoque humanista moderno (Escola Nova) e, a partir dessa data, também artigos com a visão tecnicista.

Lídia Alvarenga (2000), ao apresentar o resultado de sua análise bibliométrica sobre as publicações na *RBEP*, entre os anos de 1944 e 1974, referentes à institucionalização da pesquisa educacional, utiliza como marco para a sua periodização o mandato dos presidentes da República.

Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Junior (1998), ao analisarem a produção sobre o ensino superior presente na *RBEP*, utilizam como critério a conjuntura política e a vinculação entre análise política e acadêmica. Os autores propõem três períodos: o primeiro, do nascimento e consolidação da *Revista*, de 1944 a 1964; o segundo, da presença prioritária do Estado, de 1964 a 1980; o terceiro, da presença prioritária da sociedade civil e da crítica às políticas públicas, de 1980 a 1995.

O estudo que se segue utilizará como base a conciliação das periodizações internas com as externas, buscando assim, ao mesmo tempo, compreender a organização interna do Inep e como ele se insere na rede de poder mais ampla. Propõe-se a seguinte periodização:

- período da influência de Lourenço Filho (1944 a 1951);

- período da influência de Anísio Teixeira (1952 a 1971), que será subdividido em dois: de 1951 a 1961, que é marcado pelo debate da LDB/61, e o de 1962 a 1971, que é marcado pela discussão da Reforma Universitária e do ensino de 1º e 2º graus;
- período da busca de identidade, que pode ser subdividido em quatro: o do fortalecimento do Inep como centro de documentação (1972 a 1975); o da tentativa de desmonte do Inep (1976 a 1980); o da aproximação da comunidade acadêmica (1980 a 1995); e o da transformação do Inep em agência de avaliação (1995 a 2001).

Ressalta-se que a *RBEP*, neste estudo, é ao mesmo tempo fonte de pesquisa e objeto de estudo: é fonte por fornecer os artigos e documentos que serão estudados para identificar as concepções que norteiam o exercício no Inep na elaboração de política pública para o ensino superior; é objeto por ser um dos instrumentos utilizados pelos escolanovistas para instaurar a sua hegemonia política e intelectual no campo educacional.

1. Antecedentes e primeiros tempos do Inep (1936 a 1951)

Esta seção, que recebe o nome de um artigo de Lourenço Filho (1964) em comemoração aos 25 anos da *RBEP*, tratará do período que é normalmente caracterizado como aquele em que é marcante a influência desse educador. Discutir-se-á a hipótese de que nesse período o Inep é instalado e se consolida graças às articulações por ele promovidas.

O Inep é criado e se desenvolve num período em que se busca a racionalização do Estado mediante a ação dos técnicos. Autores que fizeram parte da Associação Brasileira de Educação (ABE), como Fernando de Azevedo (1964), Lourenço

Filho (1964) e Paschoal Lemme (1984), afirmam que a idéia da criação de um órgão de pesquisa que fornecesse subsídios para as políticas públicas tem a sua origem nos congressos promovidos por essa Associação, cujos princípios educacionais foram expressos em 1932 no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, dirigido ao povo e ao Governo. Segundo Ester Buffa (1984, p. 302), esses princípios são: “a laicidade, a obrigatoriedade do Estado em assumir a educação, a co-educação dos sexos, etc.”

Fernando de Azevedo (1964) afirma que dois tipos básicos de fatos foram a base para a formulação das idéias para a criação do Inep. O primeiro foram as reformas educacionais realizadas entre 1925 e 1935; cita como exemplo a reforma levada a cabo por ele no Distrito Federal, a de Lourenço Filho em São Paulo e a de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro, três nomes que estão entre os signatários do “Manifesto dos Pioneiros”. É interessante notar que ele omite outros reformadores, como, por exemplo, Francisco Campos. O segundo tipo de fato foi a implantação da cadeira de Sociologia em diversas instituições.

O Inep será constituído a partir de 1938, tendo como base a Psicologia e não a Sociologia, como teria sido, segundo Fernando Azevedo, a idéia original. Outro aspecto a ser considerado é que, a partir da instauração do Estado Novo, não foram todos os que capitanearam as reformas educacionais na década de 1920 que encontraram espaço. Raquel Gandini (1995, p. 126) afirma que “os reformadores que foram alçados ao poder no Estado Novo foram aqueles que apresentavam, já na década de 1920, preferências mais autoritárias, como, por exemplo, Francisco Campos, ou mais ‘técnicas’, como Lourenço Filho”.

A primeira tentativa da instalação do Inep ocorreu em 1936, quando Gustavo Capanema, ao reformular o Ministério da Educação e Saúde, cria o Instituto Nacional de Pedagogia a partir da sugestão de Lourenço Filho. No primeiro momento, o Instituto não é

implantado. Lourenço Filho (1964, p. 11) justifica: “dado os múltiplos encargos que a reestruturação prevista na lei cometia ao Ministro, [o Inep] não foi logo instalado”.

Somente em 30 junho de 1938, o Inep, mediante o Decreto-Lei nº 580, é instalado com suas atribuições ampliadas e com um novo nome: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. A leitura do referido decreto-lei fornece indícios para se compreender por que, em 1938, apesar dos *múltiplos encargos* do ministro, foi possível a sua instalação. Nos artigos 2º e 3º são apresentadas as suas funções:

Art. 2º Compete ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos:

- a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas;
- b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;
- d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional;
- e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas.

Art. 3º Constituirá ainda função do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público [Dasp], por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação de funcionalismo público da União (O Instituto..., 1945, p. 98).



Observa-se que, na alínea “c”, aparece o termo “pesquisas” e na “d”, o termo “investigações”. As pesquisas são referentes a problemas educacionais e as investigações referem-se à psicologia aplicada à educação, bem como aos problemas da orientação e de seleção profissional – assim, a pesquisa está relacionada com temas educacionais e a investigação, com a psicologia e a seleção de pessoal. O artigo 3º é mais explícito: uma das funções do Inep está diretamente vinculada ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), que tem funções não diretamente relacionadas à educação. Lourenço Filho (1964, p. 12) justifica que esta vinculação ocorreu para aproveitar os poucos elementos disponíveis para exercerem as atividades de recrutamento de pessoal pelo Dasp e das atividades específicas do Inep. Esta justificativa permite levantar a hipótese de que Lourenço Filho vinculou as atividades do Inep com as do Dasp para conseguir a sua instalação.

Segundo a retrospectiva histórica de Lourenço Filho (1964, p. 10), o Instituto Nacional de Pedagogia foi pensado dentro de uma nova estrutura do MEC, que se apoiaria em três órgãos: o Departamento Nacional de Educação (órgão executivo), o Conselho Nacional de Educação (órgão de assessoramento geral) e o Instituto Nacional de Pedagogia (órgão de documentação e investigação).

O Inep, ao ser implantado, torna-se um órgão que teria tripla função: a de documentação, a de pesquisa e a de divulgação pedagógica (Lourenço Filho, 1964). Ao lado dessas quatro funções, que freqüentemente estiveram presentes em maior ou menor grau, o Inep caracterizou-se por executar políticas públicas.

O Inep, nos seus primeiros tempos, é dirigido por Lourenço Filho, que se mantém no cargo até o final de 1945. Com o fim do Estado Novo, assume, em 1946, Murilo Braga de Carvalho, que dirige o Instituto até 1951, quando morre em um acidente de avião (Azevedo, 1964, p. 25; Saavedra, 1988,

p. 45). Murilo Braga, funcionário de carreira do Inep, tinha forte vinculação com Lourenço Filho e dá continuidade ao seu trabalho de pesquisa na área de psicologia, documentação e divulgação de conhecimentos educacionais. A marca pessoal de Murilo Braga foi que o Instituto assumiu a responsabilidade pelas construções escolares, que era responsabilidade do Departamento Nacional de Educação até a sua extinção, com o fim do Estado Novo (Saavedra, 1988, p. 45).

Em 1944 é fundada a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* que, nos seus primeiros anos, seria mensal; posteriormente, com Murilo Braga, torna-se trimestral, e, na década de 1970, quadrimestral. O primeiro número inicia com a “Apresentação” do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, seguida pelo Editorial, provavelmente redigido por Lourenço Filho.¹ Esses dois textos são relevantes por três motivos: primeiro, por transparecer no discurso de Lourenço Filho a idéia de autonomia do Inep em relação ao Ministério da Educação; segundo, por definir a linha editorial da *Revista* que, em linhas gerais, será seguida até 1980; e, terceiro, por apresentar a estrutura das seções da *Revista* que não irá ser alterada substancialmente até a década de 1970 e só será radicalmente reformulada em 1983. Passa-se, aqui, a analisar cada um desses itens.

1.1 Autonomia do Inep

Gustavo Capanema (1944, p. 3) inicia o seu texto afirmando que a *RBEP* “apresenta-se como órgão [revista, periódico] oficial dos estudos e pesquisas pedagógicas do Ministério da Educação” – frise-se que, para Capanema, a *RBEP* é uma publicação oficial do Ministério; Lourenço Filho, por sua vez, ao defender uma postura pluralista da *Revista*, afirma que ela pertence ao Inep (Editorial, 1944, p. 6).

A *RBEP* se consolidará como uma revista do Inep que publica atos oficiais, mas

¹ Ruy Lourenço, filho de Lourenço Filho, afirma em carta a Raqueel Gandini que “os Editoriais dos n.º 1 (jul. 1944) a 19 (jan. 1946) foram redigidos por Lourenço Filho”.

a seleção dos mesmos será feita por quem a edita. A partir do número 2, agosto de 1944, é continuamente publicada no verso da capa a seguinte ementa:

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, órgão dos estudos e pesquisas do Ministério da Educação, publica-se sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e tem por fim expor e discutir questões gerais da pedagogia e, de modo especial, os problemas da vida educacional brasileira. Para isso aspira a congregiar os estudiosos dos fatos educacionais no país, e a refletir o pensamento do seu magistério. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* publica artigos de colaboração, sempre solicitada; registra, cada mês, resultados de trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do Ministério e dos Departamentos Estaduais de Educação; mantém seção bibliográfica, dedicada aos estudos pedagógicos nacionais e estrangeiros. Tanto quanto possa, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* deseja contribuir para a renovação científica do trabalho educativo e para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria de educação. (grifo nosso)²

Apesar de a ementa repetir no seu início a fala de Capanema, nela torna-se explícito que a responsabilidade da publicação da *RBEP* é do Inep. A análise da apresentação gráfica da *Revista* fornece outro indício de que a direção do Inep compreendia o Instituto como autônomo: na capa é feita referência ao Instituto e ao Ministério da Educação, contudo, a *Revista* é identificada como uma publicação do Inep. No verso da capa, a partir do número 2, são publicadas a ementa da *Revista* e a atribuição dos créditos à comissão de redação, e a única identificação institucional apresentada é o nome de Lourenço Filho como diretor do Inep. Portanto, não é impresso o nome do ministro da Educação. Em 1946, já na gestão de Murilo Braga, deixa-se de apresentar a comissão de redação, e, no verso da contracapa, é impressa a identificação

institucional completa do Inep, não havendo nenhuma referência ao ministro da Educação. A partir de 1947, consta na *Revista* uma página de rosto trazendo os mesmos dados da capa. No verso da capa é apresentada a ementa e, no verso da página de rosto, a identificação institucional. Os nomes do ministro da Educação e do presidente da República só serão impressos a partir do número 142, maio/agosto de 1978, em uma pequena referência no verso da capa. No número 175, referente ao período setembro a dezembro de 1992, mas publicado em setembro de 1994, é impresso no verso da capa o nome do presidente da República (Itamar Franco), do ministro da Educação e do secretário-geral do MEC, com o mesmo destaque dado no verso da página de rosto ao diretor do Inep, ao gerente do Sistema Editorial e ao editor executivo.

1.2 Linha editorial da RBEP: “Primeiros Tempos”

Gustavo Capanema, pela negação, define a linha editorial da *RBEP*. Destacam-se, aqui, dois aspectos na apresentação de Capanema: primeiro, que não há mais necessidade de discussões teóricas e, pela negação, pode-se inferir que é papel da *Revista* publicar aspectos práticos; segundo, que é ponto pacífico que a linha teórica dominante é a da Escola Nova e dos métodos ativos. Lourenço Filho, por sua vez, inicia o Editorial afirmando que existe a tendência de fortalecimento de um ponto de vista nacional. Lourenço Filho não é tão explícito como Capanema, ao desconsiderar a importância das análises teóricas, mas frisa a importância do estudo da prática educacional.

A *Revista* também se propõe exercer a liderança das reformas educacionais, “animada do sincero desejo de contribuir para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria educacional” ([Editorial], 1944, p. 6). A expressão “esclarecida mentalidade pública”,

² A ementa é publicada até o número 142, maio/agosto de 1978. Na última publicação ela recebe a seguinte redação: “*Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, órgão de estudos e pesquisas do Ministério da Educação e Cultura, publicada sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, tem por objetivo avaliar as questões gerais de pedagogia e, de modo especial, os problemas da vida educacional brasileira. Para tanto, pretende congregiar os estudiosos dos fatos educacionais e refletir o pensamento de seu magistério. Publica artigos, registra resultados de trabalhos efetuados pelos diferentes órgãos do Ministério e pelas secretarias de Educação e Cultura. Quanto possível, espera contribuir para a formação de uma esclarecida mentalidade pública, em matéria de Educação”. Comparando as duas publicações, observa-se que, no geral, a ementa se mantém até 1978. Além da atualização dos nomes dos órgãos oficiais e de estilo da redação, as únicas alterações significativas na ementa referem-se ao fato de a palavra “solicitado” e a frase “mantém seção bibliográfica dedicada aos estudos pedagógicos nacionais e estrangeiros” serem excluídas.



formulada por Lourenço Filho, ao ser lida à luz da “Apresentação” de Capanema, pode ser entendida como a adoção do modelo escolanovista. A expressão de Lourenço Filho é repetida na ementa da *Revista* transcrita acima até o número 143, janeiro/abril de 1979, inclusive. A suposta pluralidade proposta por Lourenço Filho acima, quando transcrita na ementa, é restringida, pois nela é expresso que a *Revista* “publica artigos de colaboração sempre *solicitada*”. O termo “solicitada” aparece até 1966. Mesmo quando a palavra “solicitada” é retirada do texto, não é apresentado na *Revista* nenhum procedimento para que o leitor envie artigos. Somente após 1983, quando a *RBEP* é totalmente reestruturada, são apresentados os procedimentos e normas para envio de artigos.

Do exposto, conclui-se que na “Apresentação” e no Editorial é definido que a *Revista* adota na sua criação a seguinte linha editorial: o ponto de vista nacional, assume a postura escolanovista e trata de temas práticos. Alguns estudos posteriores mostram que a *Revista* realmente adota essa postura.

Gandini (1995, p. 15), ao estudar a *Revista* no período de 1944 a 1951, afirma que é utilizada como critério para inclusão de artigos na *Revista* a exigência de tratar sobre a organização da educação nacional. Observa (p. 36) que, nesse período, a maioria dos artigos publicados está relacionada com a psicologia aplicada à pedagogia e à organização do trabalho. No mesmo sentido, Rosas (1984) observa que a *RBEP*, principalmente até 1960, publica grande quantidade de artigos relacionados com a Psicologia.

Castro (1984), ao estudar a presença da Didática na *RBEP*, afirma que esse tema é tratado, principalmente nos anos 1944-1945, com enfoque instrumental e ênfase em técnicas e recursos. Nesse período é clara a presença dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Sem definir com precisão o período, ela observa que, na fase seguinte, a intermediária,

é dada ênfase na discussão das concepções psicopedagógicas. Ela ainda cita uma fase teórica com ênfase na pesquisa. Apesar de a autora demonstrar-se frustrada porque a didática só aparece nos dois primeiros anos da *Revista*, pode-se compreender, com sua análise, que os aspectos práticos propostos no Editorial do primeiro número estão presentes principalmente nas discussões psicopedagógicas.

Saviani (1984) afirma que a *RBEP* publicou até 1984 pequeno número de artigos relacionados à Filosofia, fato que é coerente com a proposta da linha editorial de não publicar artigos de discussão teórica. Ele observa que, até 1962, a grande maioria dos artigos ou é de autores que adotam a visão da Escola Nova, nos termos de Saviani, humanista moderna, ou trata de temas relacionados com essa abordagem. Após esse período há articulação da visão escolanovista com a visão tecnicista.

Buffa (1984), ao analisar a presença dos conflitos ideológicos nas discussões que precederam a LDB/1961, nota que a *Revista* publica artigos dos defensores da escola pública, principalmente os autores vinculados à visão escolanovista.

1.3 Estrutura da RBEP

No Editorial do primeiro número é apresentado o conteúdo que a *RBEP* irá publicar: opiniões, trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do Ministério, dados estatísticos, os textos da lei, as decisões administrativas da maior relevância, estudos de aplicação (normas estabelecidas pela prática), notas bibliográficas, informes sobre a vida educacional nos Estados e no estrangeiro e a transcrição de artigos da imprensa. Na leitura do sumário do primeiro número observa-se que a *Revista* foi dividida em cinco seções primárias (Editorial, Idéias e Debates, Documentação, Vida Educacional, e Atos oficiais) e quatro seções secundárias (Informação dos Estados, Informação do Estrangeiro,



Bibliografia e Através das Revistas e Jornais).

Segundo Gandini (1995, p. 27-28), estas seções mantêm-se quase inalteradas durante todo o período. Ela aponta que há esporadicamente a inclusão da seção Orientação Pedagógica, a exclusão da seção secundária Bibliografia (resenhas) em alguns números e que, por duas vezes, a seção Documentação foi dividida em Documentação e Documentação Histórica.

No número 79, julho/setembro de 1960, foi inserida a seção secundária Notas para a História da Educação. Esta seção é inaugurada com a republicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Nesse mesmo número, foi extinta a seção Vida Educacional, sendo as suas seções secundárias incorporadas à nova seção.

2. Tempos de Anísio Teixeira (1952 a 1971)

Com o falecimento de Murilo Braga, Anísio Teixeira assume a direção do Inep em 4 de julho de 1952 e se mantém no cargo até abril de 1964. A influência de Anísio Teixeira no Inep estende-se além do período em que dirigiu o Instituto; ela perdura até a sua morte, em 1971, acidentalmente, em um elevador. O período da influência de Anísio Teixeira (1952 a 1971) será subdividido em dois subperíodos: de 1951 a 1961, que é marcado pelo debate da LDB/1961, e o de 1962 a 1971, que é marcado pela discussão da Reforma Universitária e do Ensino de 1º e 2º graus.

A passagem de Anísio Teixeira pelo Inep é tão marcante que muitos o consideram o verdadeiro fundador do Inep. Um dos inúmeros exemplos do reconhecimento da importância de Anísio Teixeira é a fala de Aparecida Joly Gouveia em Seminário organizado por Vanilda Paiva ao assumir a direção do Inep, na década de 1980, para discutir as linhas de atuação do Instituto. Assim diz ela:

... assisti aos primeiros dias do Inep, trabalhando sob a direção do professor Anísio Teixeira, e tenho acompanhado a sua trajetória de uma forma mais ou menos próxima, em diferentes ocasiões (Linhas..., 1985, p. 338).

2.1 O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)

Apesar de não ter fundado o Inep, pode-se afirmar que Anísio Teixeira refunda o Inep com a criação, em 1953, do Centro de Documentação Pedagógica, com a função “de integrar a atividade de pesquisa e de documentação, facilitando a sistematização dos trabalhos e a posterior divulgação de seus resultados” (Saavedra, 1988, p. 51).

Em 28 de dezembro de 1955, um pouco antes da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira como novo presidente da República, é criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) pelo Decreto nº 38.460. A criação de um órgão de pesquisa dentro de um instituto de pesquisa pode ser compreendida como a busca de uma ruptura com o passado do Inep – o passado ligado ao Estado Novo. Essa posição de ruptura pode ser identificada em dois textos complementares de Anísio Teixeira: o primeiro é o seu discurso de posse como diretor do Inep e, o segundo, é o artigo intitulado “A administração pública brasileira e a educação”, publicado no mesmo número em que é publicado o decreto que institui o CBPE.

O “Discurso de Posse” tem tom menos contundente que o segundo discurso. É interessante lembrar que este foi proferido em um momento de consternação pelo trágico falecimento de Murilo Braga, durante o segundo governo de Getúlio Vargas. O tom de ruptura é explícito quando Anísio Teixeira, ao se referir à “Revolução de 1930”, afirma que se sabe como uma revolução inicia, mas não como ela termina. O tom de ruptura se mantém mesmo quando no discurso faz uma menção elogiosa a Lourenço



Filho, e que pode ser interpretada como uma crítica a Murilo Braga.

Nesse discurso, Anísio Teixeira faz um diagnóstico da educação brasileira, afirmando, em linhas gerais, que há despreparo da sociedade para enfrentar os novos desafios, e que o ensino é ornamental e livresco. Como solução propõe retomar o processo de reconstrução da escola iniciada nas décadas de 1920 e 1930. A reconstrução deveria ocorrer não através de atos legais, mas pela sanção da opinião pública e da consciência educacional. Sugere ainda buscar na ciência não receitas prontas, mas um itinerário de construção e reconstrução da escola.

No artigo “A administração pública brasileira e a educação”, publicado no início de 1956, Anísio Teixeira faz veemente crítica à postura centralizadora do Estado Novo, que, segundo sua interpretação, buscava para o Estado a mesma racionalização uniformizadora da indústria.

O novo desenho da estrutura do Inep, mediante a implantação do CBPE, busca ao mesmo tempo fortalecer a pesquisa e a descentralização das ações do Instituto. Juntamente com o CBPE, são fundados os Centros Regionais de Pesquisa,

No número 61, janeiro/março de 1956, logo após a apresentação do decreto que institui o CBPE e das justificativas de Anísio Teixeira e do ministro da Educação e Cultura Abgar Renault, é publicado um relatório redigido pela técnica Lúcia Marques Pinheiro, intitulado “Organização e funções do Centro de Documentação Pedagógica da França”. A leitura desse relatório permite afirmar que o CBPE foi criado à “imagem e semelhança” do centro francês. Permite ainda ao leitor compreender como deverá ser o funcionamento do órgão recém-criado. No início do relatório, Pinheiro afirma ser necessário compreender o significado do termo “documentação pedagógica”. Ela assim o define:

Tudo que possa representar instrumento útil ao educador ou ao estudioso de

educação, quer se trate de material de estudo ou de auxílio didático para realização de seu trabalho, é objeto de interesse do Centro. Seu objetivo é esclarecer e dar ao administrador, ao estudioso de educação, ao professor, instrumentos úteis a seus trabalhos e procurar estimular os mestres a buscarem os meios mais seguros de se aperfeiçoarem (Pinheiro, 1956, p. 154).

O CBPE, a partir dessa definição de Pinheiro e da descrição feita por ela do Centro de Documentação Pedagógica da França, teria a função de elaborar, de forma descentralizada, pesquisas e experimentos educacionais, centralizar a documentação e livros sobre educação e disseminar a informação, principalmente na formação de professores. Em três palavras: pesquisar, documentar e disseminar.

O exercício do poder e a constituição de um saber educacional no período em que Anísio Teixeira esteve à frente do Inep não devem ter sido tão tranqüilos como Saavedra descreve e como se encontra em outros relatos de veneração à figura de Anísio Teixeira.³ Dois fatos permitem levantar essa hipótese: primeiro, a promulgação do decreto que institui o CBPE nos dias que antecedem à troca de governo; segundo, apesar de as duas campanhas promovidas pelo Inep – a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (Cileme) e a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme) – e sua absorção pelo CBPE estarem previstas na justificativa de Abgar Renault, a Caldeme é extinta no dia 11 de janeiro de 1956 pelo Decreto nº 38.556, também assinado por Renault, tendo as suas atribuições transferidas à Campanha Nacional de Material de Ensino junto ao Departamento Nacional de Educação (DNE).⁴

O CBPE continua a tradição do Inep em manter-se autônomo em relação ao Ministério da Educação. Isto pode ser observado nas conclusões do trabalho de Marcus Vinícius da Cunha (1991), ao estudar “a educação no período Kubitschek”, afirmando que, apesar de neste período a

³ Ver, por exemplo, as “falas” do seminário realizado por Vanilda Paiva (Linhas..., 1985) ou o texto de Maria Helena Guimarães de Castro (1999).

⁴ O decreto que, na prática, extingue a Caldeme foi publicado no *Diário Oficial* no dia 12 de janeiro de 1956. Contudo, na *RBEP*, ele só foi publicado no número 62, abril/junho de 1956, apesar de o número 61, janeiro/março de 1956, publicar o discurso de posse do ministro Clóvis Salgado, com data de 2 de fevereiro. Provavelmente os editores da *RBEP* devem ter considerado não aconselhável publicar no mesmo número a continuação de Abgar Renault.



preocupação do governo em relação à educação ser a de privilegiar a formação de mão-de-obra técnica, os educadores vinculados aos Centros Regionais tinham preocupações que não coincidiam com esta orientação governamental.⁵ No mesmo sentido, Libânia Nacif Xavier (1999, p. 82) afirma que o CBPE mantém com o poder do Estado uma relação “nem totalmente independente nem propriamente autônoma”, isto devido a seu caráter de assessoramento técnico e por manter ligações com órgãos internacionais.

2.2 A linha editorial da *RBEP* de 1952 a 1961

No período de 1952 a 1961 são publicados na *Revista* artigos referentes à discussão e elaboração da LDB/1961. Ester Buffa (1984), ao analisar “os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes Bases e a participação da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*”, afirma que a *Revista* tomou o partido dos defensores da escola pública.

Como textos exemplares do posicionamento da *RBEP* neste período retomam-se o “Discurso de Posse” de Anísio Teixeira e o seu texto complementar, intitulado “A administração pública brasileira e a educação”.

Os dois textos apresentam como o grande problema a ser enfrentado a construção de uma escola que atenda, por um lado, as demandas de uma sociedade em pleno avanço tecnológico e, por outro, que seja um instrumento da democracia. No discurso de posse, Anísio Teixeira (1952) propõe como método para a construção de propostas educacionais o conhecimento científico, a análise científica das experiências e a valorização da diversificação ao invés de terem o fundamento nas leis

Na argumentação de Anísio Teixeira é possível identificar os princípios básicos adotados na linha editorial da *RBEP* que

não são problematizados e aqueles em relação aos quais se busca o consenso.

Anísio Teixeira parte do diagnóstico de que a sociedade brasileira estaria em um período de intenso processo de industrialização e conseqüente urbanização e que o ensino oferecido é defasado em relação às necessidades sociais. Teixeira, ainda, assume a posição de que, apesar de os métodos levarem em consideração o indivíduo, os objetivos da educação não se direcionam aos interesses do indivíduo em ascender socialmente (Teixeira, 1952, p. 73-75).

Anísio Teixeira entende que a “revolução de 1930” foi um marco de modernização e democratização do País, e que esse processo é interrompido pela implantação de um modelo centralizador pelo Estado Novo.

No texto “A administração pública brasileira e a educação”, Anísio Teixeira formula toda a sua argumentação na tentativa de estabelecer o consenso sobre a idéia de que as ações do Estado devem ser descentralizadas. Ele parte da constatação de que, no Estado Novo, a utilização da “correta” distinção entre os serviços-meio e os serviços-fim⁶ acarretou um processo de ineficiência ao centralizar e supervalorizar os serviços-meio principalmente na ação do Dasp (Teixeira, 1956, p. 13).

Na mesma linha de crítica ao processo de centralização e uniformização, ele critica, no início do texto, a utilização dos métodos de organização industrial pelo Estado, pois este modelo é mais fruto da produção em massa “do que uma aspiração ou um ideal” (Teixeira, 1956, p. 3).

Após longa argumentação defendendo a descentralização das atividades do Estado a partir da crítica das mazelas da centralização, Anísio Teixeira reforça o princípio básico de que a escola deve ser autônoma e, conseqüentemente, diversificada. A autonomia e a diversificação só são possíveis se a legislação apenas “indicar os objetivos da educação a fixar certas condições externas e a prover recurso para que a

⁵ Cunha não cita este fato para mostrar a autonomia do CBEP, mas sim para relativizar a afirmação de que o governo Kúbitschek voltava-se para a formação profissionalizante.

⁶ Os serviços-meio são aqueles relacionados diretamente com a organização do Estado, por exemplo, a administração dos recursos, a seleção e administração de pessoal, o orçamento etc. Os serviços-fim são aqueles que buscam atingir os objetivos do Estado, por exemplo, as atividades exercidas por uma escola ou um hospital.



mesma se efetive” (Teixeira, 1956, p. 21). Ele ressalva que “as limitações dessa autonomia devem ser apenas aquelas limitações impostas pela necessidade de eficiência” e pelos objetivos gerais da educação (p. 20-21). A defesa da tese de que as escolas devem ser autônomas não significa, para Anísio Teixeira, que sejam privadas; ele sugere que funcionem à moda das fundações (p. 22).

3. O Inep nos Tempos de Reformas (1962 a 1971)

Durante o período compreendido entre 1962 e 1971, o Inep debate, através da *RBEP*, o modelo de universidade a ser implantado no Brasil. Nesta seção discute-se a hipótese de que os membros do Conselho Federal de Educação ligados a Anísio Teixeira e que mantêm forte vínculo com o Inep utilizam-se da *RBEP* como meio de divulgação das suas idéias referentes ao modelo de Universidade a ser adotado no Brasil.

3.1 Os diretores do Inep

Anísio Teixeira assume a direção do Inep em 4 de julho de 1952 e se mantém no cargo até o golpe militar de março de 1964. Seu afastamento da direção do Inep não significou a diminuição de sua influência no Instituto. Em abril de 1964, Carlos Pasquale, representante da educação particular, assume a direção do Inep.

Saavedra (1984, p. 69-70) afirma que a indicação de Pasquale tinha a intenção de destruir o trabalho de Anísio Teixeira, o que não ocorreu de imediato. Observando os créditos institucionais apresentados nos primeiros números da *RBEP*, tem-se que Pasquale mantém praticamente a mesma estrutura organizacional do coração do Inep, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e com as mesmas pessoas. Como se pode observar no Quadro 1, apenas a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais não aparece na estrutura administrativa do CBPE após o golpe de 1964. É interessante lembrar que Úrsula Albershein substituiu Darcy Ribeiro na coordenação dessa divisão.

Quadro 1 – Estrutura administrativa do CBPE

Setores	Janeiro/março 1964	Abril/junho 1964
Diretoria Executiva	Péricles Madureira de Pinho	Péricles Madureira de Pinho
Diretoria Adjunta	Joaquim Moreira de Sousa	Joaquim Moreira de Sousa
Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério	Lúcia Marques Pinheiro (coordenadora)	Lúcia Marques Pinheiro (coordenadora)
Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais	Jayme Abreu (coordenador)	Jayme Abreu (coordenador)
Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais	Úrsula Albershein (coordenadora substituta)	

Em 1966, Carlos Pasquale afasta-se do Inep para assumir a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e indica ao ministro Aragão, em reunião da Unesco realizada em Buenos Aires, Carlos Mascaro para assumir

a direção do Instituto. Mascaro era funcionário de carreira do Inep e tinha ligações com Anísio Teixeira. A gestão de Mascaro é marcada pela desconfiança dos militares em relação às atividades desenvolvidas pelo



Inep, apenas encontrando apoio no ministro Aragão (Saavedra, 1988, p. 75).

No período de Mascaro, o Inep participou do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares mediante “realização de estudos, levantamentos, treinamento de pessoal e outras iniciativas que lhe foram atribuídas” (Saavedra, 1988, p. 76). Antecipando a participação do Inep nesse grupo, no número 104, outubro/dezembro de 1966, são publicados dois artigos sobre construções escolares na seção “Estudos e Debates” e a bibliografia sobre construções escolares na seção “Documentação”. Ainda na administração de Mascaro, o Inep participou da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted); nesse período, a única referência à Colted encontrada na *RBEP* é a publicação da Portaria nº 69 de 13 de março de 1967, que define o seu Regimento, publicado no número 107, julho/setembro de 1967.

Em 11 de abril de 1969, Guido Ivan de Carvalho assume o Inep e mantém-se no cargo até março de 1970, quando o gabinete da direção foi transferido para Brasília. Seu sucessor, Walter de Toledo Piza, dirige o Inep até janeiro de 1972. A fase final da gestão de Mascaro e dos diretores que o seguiram é marcada por tentativas de reestruturação. Na primeira, Mascaro formula projeto para tornar o Instituto autônomo, com a intenção de fortalecê-lo, proposta não aceita. Na segunda, de Carvalho, no ano de 1969, propõe-se transformar o Instituto em uma fundação, proposta também não aceita. Na terceira, na gestão de Piza, foram feitos estudos por pessoas levadas por ele para reestruturação do Inep com a extinção dos centros regionais (Saavedra, 1988). A partir de depoimentos, Saavedra (1988, p. 77) descreve o final da década de 1960 como uma fase em que o Instituto sofre intervenção e pressão externa.

Nesse contexto de tentativas de desmonte do Inep, a *RBEP* será uma tribuna de discussão da Reforma Universitária,

que será consolidada, em 1968, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, do conjunto de leis que é denominado como lei da Reforma Universitária. O termo “tribuna” deve ser compreendido aqui com o mesmo sentido que se atribui à *RBEP*, como a tribuna dos debates que precederam à elaboração da LDB/1961, isto é, a tribuna de um dos grupos rivais das lutas em torno da LDB na década de 1950. Na década de 1960, a *RBEP* será principalmente a tribuna da parte do Conselho Federal de Educação ligada a Anísio Teixeira e/ou ao Inep.⁷

3.2 Estrutura da RBEP

Seguindo uma estrutura próxima à do primeiro número, do 85 ao 87 e do 89 ao 91, a *RBEP* adota a seguinte divisão: Editorial; Estudos e Debates; Documentação (com a seção secundária Conselho Federal de Educação); Notas para História da Educação (com as seções secundárias Informação do País; Informação do Estrangeiro; Livros; Através de Revistas e Jornais, e Atos Oficiais). A partir do número 88, outubro/dezembro de 1962, a seção Notas para História da Educação é extinta, e as suas seções secundárias são inseridas na seção Documentação.

A seção secundária Conselho Federal de Educação é publicada a partir da instalação do CFE. O antigo Conselho Nacional de Educação não tinha seus documentos publicados em uma seção equivalente nos números anteriores da *RBEP*. Essa seção secundária publica pareceres que também são publicados na revista editada pelo próprio Conselho, a *Documenta*. O que diferencia uma publicação da outra é que a *Documenta* publica quase todos os documentos produzidos pelo CFE enquanto a *RBEP* apenas publica pareceres selecionados. Esta duplicidade de publicação por revistas oficiais pode ser um indicativo da importância atribuída pelos editores da *RBEP* aos debates que ocorriam no CFE sobre a Reforma Universitária.

⁷ Na *Revista*, além dos temas relacionados com a Reforma Universitária, também são publicados textos sobre outros temas, como educação e desenvolvimento, formação de professores, construções escolares, televisão educativa (principalmente na segunda metade da década de 1960), ensino profissionalizante de nível médio, ensino primário, entre outros temas.



Até o número 97, janeiro/março de 1965, inclusive, a *Revista* publica todas as citadas seções. A partir do número seguinte, a seção secundária Conselho Federal de Educação deixa de ser publicada regularmente, não significando isto que o CFE é excluído da Revista, mas sim que muitos dos seus pareceres, indicações e estudos especiais são publicados como artigos na seção Estudos e Debates e na seção Documentação. A partir do número 101, janeiro/março de 1966, algumas seções secundárias deixam de ser regularmente publicadas.

Na seção Estudos e debates são publicados artigos que expressam a opinião de seus autores. Na seção Documentação são publicados estudos realizados pelo Inep, levantamentos bibliográficos sobre temas específicos, extratos de documentos com conclusões de conferências e artigos assinados. Na seção secundária Através de Revistas e Jornais são reproduzidos artigos assinados que foram publicados em outros veículos. O estudo das idéias presentes na *RBEP* nesse período não pode se restringir à seção Estudos e Debates, pois elas estão presentes também em outras seções.

3.3 O Manifesto dos Pioneiros do Inep ao povo e principalmente ao governo: os primeiros números pós-golpe de 1964

Os dois números que se seguem ao golpe militar de 1964 são significativos para compreender a posição do Inep diante da instauração dos governos militares. Esses dois números devem ser lidos no todo, buscando-se a tese defendida pelo autor/editor e não dos autores dos artigos específicos. É provável que os autores dos artigos não tenham consciência de que o seu texto faça parte da argumentação do editor na defesa de uma tese.

Apesar de os dois números terem como datas de capa abril/junho e setembro/

dezembro de 1964, nas páginas finais da *Revista* obtém-se a informação de que eles foram compostos e impressos no ano de 1965, fato que permite inferir que houve tempo de maturação para a seleção dos textos a serem apresentados, e, por isso constituiriam um “Manifesto dos Pioneiros do Inep ao povo e principalmente ao governo”.⁸ Nesses dois números identificam-se as seguintes manifestações: o Inep não irá contra as decisões dos governantes militares relativas à ordem pública; não há ruptura da normalidade legal com o golpe; o Inep ainda continua vinculado a Anísio Teixeira; a grande reforma educacional a ser realizada é a universitária; e o Conselho Federal de Educação é o órgão que deve realizar a reforma universitária, com o apoio das pesquisas realizadas pelo Inep.

O número 94, abril/junho de 1964, conta com apenas 145 páginas, sendo um dos números com menos páginas entre os publicados de 1962 e 1971.⁹ Este número é publicado com algumas alterações na apresentação gráfica. Entre outras possíveis mudanças, observa-se que na capa é alterada a ordem da indicação institucional da publicação que foi respeitada desde o primeiro número; agora, na parte inferior da capa, é impresso na primeira linha “Ministério da Educação e Cultura” e, na segunda, “Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos”.¹⁰

A expressão “publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos” é retirada. Nas páginas internas não se faz referência ao nome do ministro da Educação. Esses aspectos gráficos sugerem que o Inep não se sobrepõe ao Ministério da Educação e Cultura ao mesmo tempo em que se apresenta como independente. A segunda alteração consiste em que na seção secundária Conselho Federal de Educação aparecem os títulos dos pareceres, o que não ocorria nos números anteriores.¹¹ Essa alteração se torna relevante se se considerar que o primeiro título de parecer publicado é “Ato Institucional e Competência do Conselho”.

⁸ O nome desta seção é uma referência ao *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova ao Povo e ao Governo*.

⁹ A média de páginas da *Revista* no período é de 208 páginas (+/- 40). Esse número é maior apenas que o número 93, janeiro/março de 1964, e o número 98, abril/junho de 1965, que contam respectivamente com 124 e 117 páginas.

¹⁰ Tradicionalmente era impresso na primeira e na segunda linha “Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos” e, na terceira, “Ministério da Educação e Cultura”.

¹¹ No número 93, janeiro/março de 1964, não é publicada a seção secundária Conselho Federal de Educação.



A terceira alteração que se observa é que, a partir desse número, na seção secundária *Através de Revistas e Jornais*, é impressa, ao final dos artigos de jornal, a data em que foram publicados nos veículos de origem. Essa alteração informa ao leitor se o artigo foi publicado antes ou depois do golpe e, principalmente, que a Revista entende não haver, com o golpe, ruptura da normalidade,¹² pois se encontram alguns artigos com datas anteriores ao golpe e outros com datas posteriores.

A idéia da continuidade da normalidade legal torna-se clara quando a *Revista*, primeiro, publica, na seção secundária *Atos Oficiais*, decretos e portarias promulgados no governo de João Goulart; segundo, ao publicar, na seção *Estudos e Debates*, um artigo de Paulo Ernesto Tolle (do Conselho Estadual de Educação de São Paulo), no qual o autor reconstrói a discussão relativa aos aspectos legais do conceito de “cátedra” constante dos pareceres do CFE.

No Editorial do número 94, abril/junho de 1964, é apresentado o discurso de posse de Carlos Pasquale, em que este exalta as atividades técnicas de documentação e pesquisa do Inep e dos seus centros regionais, deixando claro que irá manter a estrutura do Instituto; ressalta o papel do Instituto na formulação de políticas públicas para a educação; afirma que a LDB/1961 impôs um sistema de organização administrativa descentralizada e flexível. Nesse discurso, Carlos Pasquale deixa transparecer a vinculação com as idéias de Anísio Teixeira, excluindo-se a defesa de Pasquale da importância da escola particular.

Na seção secundária *Conselho Federal de Educação*, é reproduzido o parecer do CFE intitulado “Ato Institucional e competências do Conselho”, que teve como relator Péricles Madureira de Pinho, que, à época, era diretor executivo do CBPE. Em linhas gerais, Pinho (1964a, p. 217) afirma que é direito de um “governo revolucionário” agir “sem controle jurisdicional nem invocação de dispositivos jurídicos da ordem

anterior”. Sendo assim, as intervenções nas universidades para o “controle” da ordem pública e “as situações juridicamente configuradas pelo Ato Institucional constituem fato consumado cuja apreciação escapa à competência” do CFE. Tanto a publicação do parecer pela *Revista* como o fato de o seu relator ser o diretor do CBPE são claros sinais de que o Inep se alinha à “Revolução”, ou, pelo menos, não se opõe a ela. Aqui, utiliza-se o termo “Revolução” em vez de “golpe” para indicar que provavelmente nesse período não há clareza para os editores da *RBEP* de que o movimento militar é um Golpe de Estado. No auge dos acontecimentos, muitos intelectuais consideraram que se estava promovendo apenas o reordenamento político do País e não um Golpe de Estado.

Interpreta-se, aqui, que, no número 94 é manifesto que a reforma universitária deverá ser feita pelo CFE. Esta posição é expressa no citado artigo de Paulo Ernesto Tolle (1964). O autor toma para análise o tema que gerou maior polêmica dentro do CFE: a extinção ou não da cátedra, citando a posição de vários conselheiros e de juristas consultados pelo Conselho sobre o tema. A impressão que se passa ao leitor é que as discussões no CFE são acirradas, fundamentadas e profícuas. É possível que o leitor conclua: o CFE é o órgão competente para fazer a reforma universitária.

Na seção *Através de Revistas e Jornais* é reproduzido o artigo de Antônio Callado, “Brado de alerta da Universidade do Brasil”, em que retoma os argumentos do professor Jorge Felipe Kafure na sua proposta de Regimento Analítico da Universidade do Brasil (atual UFRJ). No artigo, Callado reforça a idéia de que a reforma universitária não deve criar um modelo único para o País, mas sim possibilitar a criação de vários modelos que atendam às diversas realidades de um país desigual. Esta posição é a mesma defendida pelo CFE nesse período.

Na seção *Documentação* é publicado o discurso do presidente Castelo Branco,

¹² Os artigos são: “Educação, pré-requisito para o desenvolvimento”, discurso de posse de Suzana Gonçalves na Capes; “Cultura para o povo”, de Yolanda Bettencourt, publicado no *Painel Brasileiro*, em janeiro de 1964; “Novas técnicas para a formação do operário”, de Gustavo Lessa, publicado na revista *Educação*, número 46, editada pela Associação Brasileira de Educação (ABE); “Brado de alerta da Universidade de Brasília”, de Antônio Callado, publicado pelo *Jornal do Brasil*, em 26 de abril de 1964.



proferido na Universidade do Ceará, em que, além de enfatizar que a universidade tem papel relevante para o desenvolvimento do País, do perigo das infiltrações políticas nos *campi* universitários e de que a preocupação maior do governo será com a erradicação do analfabetismo, também afirma que será de responsabilidade do CFE elaborar o Plano Nacional de Educação.

No segundo número da *RBEP* pós-golpe de 1964 (número 95, setembro/dezembro), são publicados quatro artigos na seção Estudos e Debates que podem ser considerados, juntamente com o Editorial desse número, emblemáticos da postura a ser assumida pelo Inep, ou pelo menos da linha editorial da *RBEP*. Os dois primeiros artigos são de Lourenço Filho e de Fernando de Azevedo em comemoração aos 25 anos da fundação do Inep, apesar de o Instituto ter completado o seu Jubileu de Prata em 63. Os dois artigos seguintes são de Anísio Teixeira e de Abgar Renault, respectivamente, tratando do ensino superior.

O Editorial, que é intitulado “Antes do Dicionário Brasileiro de Educação”, é assinado por Péricles Madureira de Pinho, diretor executivo do CBPE e conselheiro do CFE, que relatou o parecer no qual o CFE se isenta de analisar as intervenções dos militares nas universidades brasileiras. No Editorial, Pinho, evitando ao extremo ser indelicado, critica a proposta do conselheiro Celso Kelly da edição, pelo Inep, do Dicionário Brasileiro de Educação. Na sua linha de argumentação, Pinho aborda quatro pontos: primeiro, afirma que, na época da elaboração do regimento interno do CFE, teria se contraposto à idéia do então secretário-geral Celso Kelly de instituir um órgão de estudos e pesquisas ligado ao CFE, argumentando que o Inep atenderia a essas necessidades do Conselho; segundo, apresenta a proposta do conselheiro; terceiro, relembra a competência histórica do Inep na edição de documentação pedagógica, mas afirma que, por causa do costumeiro atraso na entrega de

monografias dos colaboradores do Inep, a edição do Dicionário torna-se inviável; quarto, propõe que seja elaborado um Plano de um Repertório da Educação no Brasil. Na argumentação de Pinho ressalta-se a concepção de que o Inep é o órgão que atende às necessidades do CFE em relação aos estudos e pesquisas.

O artigo de Lourenço Filho (1944) apresenta o histórico dos primeiros anos do Inep e conclui ressaltando a sua importância. Na mesma linha, Fernando de Azevedo narra de “memória” os fatos que teriam inspirado a criação de um instituto de pesquisas educacionais: a ação dos reformadores da Educação e a implantação da cadeira de Sociologia. O artigo de Fernando de Azevedo foi escrito após o golpe militar de 1964, sendo isto evidente na seguinte menção a Anísio Teixeira: “seu diretor até há pouco”. Com a observação do momento em que o artigo foi escrito, leia-se a sua conclusão:

O que Lourenço Filho instituiu e organizou, dando-lhe sentido, forma e vida, Anísio Teixeira consolidou e desenvolveu, fundando mais tarde, com Abgar Renault, os Centros de Pesquisa Educacionais, no Rio de Janeiro, em S. Paulo, no Recife, em Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, como núcleos de estudos e pesquisas e de irradiação, pelo País, de seus trabalhos e de suas conclusões. Eles constituem – e esperamos sejam, de fato –, a nascente de novo pensamento pedagógico, constantemente revisto e testado pela análise das condições e necessidades da vida nacional, na diversidade de seus aspectos e de suas regiões (Azevedo, 1964, p. 26).

Os artigos de Abgar Renault (1964) e de Anísio Teixeira (1964), em linhas gerais, defendem a mesma tese e seguem a mesma estrutura de argumentação. Ao discutirem o papel da universidade nos seus dias, os dois autores defendem que a universidade tem um papel mais amplo que a simples formação de profissionais. Ao argumentarem, os autores utilizam como justificativa os exemplos norte-americanos.



O título dos artigos reproduzidos na seção *Através de Revistas e Jornais* permite afirmar que eles fazem parte de uma mesma linha de raciocínio do editor/autor, são eles: “Reforma do Ensino Superior”, de B. Girord le Lain, traduzido do *Le Monde*; “Modernos estudos de custos e de investimentos em educação”, de Jayme Abreu; “Instrução programada”, de João Paulo do Rio Branco; “Progresso na indústria cria a era dos técnicos no Brasil”, de Joaquim Faria Góes Filho; e “Escola pública é caminho para integração social”, de Anísio Teixeira.

Interpretando o conjunto do número a partir do título do Editorial – “Antes do Dicionário Brasileiro de Educação” –, tem-se a defesa de que a função do Inep, antes de outras atividades, é a de oferecer ao CFE estudos e pesquisas sobre a reforma universitária. O conjunto também deixa claro que o Inep ainda assume a postura dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.¹³

3.4 Editores da *RBEP* (1962 a 1971)

Os editores da *RBEP* não são apresentados até o número 97, janeiro/março de 1965. Apenas é impresso o nome dos diretores do Inep/CBPE e dos coordenadores das Divisões do CBPE. Este fato sugere que os dirigentes do Inep e do CBPE são os responsáveis pela linha editorial da *Revista*. A partir deste número, é atribuído o crédito às pessoas que trabalharam efetivamente na elaboração das revistas, ficando a responsabilidade pela edição a cargo do Chefe da Redação e do Conselho de Redação.¹⁴ Considerando-se até o número 124, outubro/dezembro de 1971, tem-se:

- Jader de Medeiros Britto exerceu a função de Redator-Chefe durante todo o período;

- Jayme Abreu, coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais,¹⁵ Lúcia Marques Pinheiro, coordenadora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, e Péricles Madureira de Pinho, Diretor do CBPE, participaram do Conselho de Redação em todos os números;
- Elza Rodrigues Martins, coordenadora da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica,¹⁶ participou do Conselho de Redação na grande maioria dos números.
- Carlos Pasquale participou do Conselho de Redação na maioria dos números durante a sua gestão como diretor do Inep;
- Carlos Correa Mascaro participou do Conselho de Redação durante a gestão de Pasquale como substituto deste e de todos os números durante a sua gestão como diretor do Inep;
- Guido Ivan de Carvalho participou do Conselho de Redação de todos os números durante a sua gestão como diretor do Inep.

O levantamento dos créditos atribuídos na *Revista* permite concluir que, durante o período de 1962 e 1971, há estabilidade das pessoas que conduzem a linha editorial. As grandes mudanças que ocorrem a partir de 1965 são:

- Jader de Medeiros Britto é apresentado como Redator-Chefe;
- Os editoriais deixam de ser assinados, salvo raras exceções, o que sugere que eles são redigidos por Jader de Medeiros Britto;
- A seção secundária Conselho Federal de Educação deixa de ser publicada com regularidade. Dos 28 números publicados entre 1965 e 1971, em apenas quatro números consta esta seção. Os pareceres, em menor número, são publicados em outras seções da *RBEP*.

¹³ A visão de que a “Revolução” não fora um Golpe de Estado é que permite a tentativa de conciliar a visão liberal dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” com o movimento militar.

¹⁴ Atualizando os termos tem-se, respectivamente, o Editor e o Conselho Editorial da *Revista*.

¹⁵ Os coordenadores das divisões do CBPE são apresentados apenas até o número 96, outubro/dezembro de 1964.

¹⁶ A partir do número 113, janeiro/março de 1969, Elza Rodrigues Martins é apresentada como diretora do CBPE.



3.5 Os autores da *RBEP* (1962 a 1971)

A identificação da influência dos autores não pode ser considerada apenas pelo seu volume de produção, mas também pela contínua publicação dos seus trabalhos na *RBEP*; assim os dados estatísticos são estudados pela sua distribuição no tempo. O período analisado é dividido em quatro subperíodos: de 1/1962 a 3/1964; de 4/1964 a 12/1966; de 1/1967 a 12/1968 e de 1/1969 a 12/1971. Como critérios de periodização utilizaram-se os seguintes marcos: o golpe militar de 1964, a promulgação do Decreto-Lei nº 53/66, sobre a Reestruturação das Universidades Federais, e a promulgação da Reforma Universitária de 1968.

A leitura da identificação institucional dos autores da *Revista* permite afirmar que os autores das matérias publicadas ou pertencem ao Inep, aos Centros Regionais de Pesquisa ou ao CFE, ou, ainda, a órgãos do Executivo. Dos autores que têm três ou mais trabalhos publicados na *Revista*, apenas quatro aparentemente não têm vinculação com nenhum órgão oficial.¹⁷

Desconsiderando os pareceres que foram publicados na seção Conselho Federal de Educação, os dez autores que mais publicaram trabalhos na *RBEP* têm a seguinte origem institucional: cinco são ligados exclusivamente ao Inep/CBPE, dois ao CFE e três ao Inep e CFE.¹⁸

Considerando a publicação nos períodos demarcados e o volume de produção, observa-se a seguinte distribuição dos autores que tiveram maior volume de publicações na *RBEP*:

- publicação nos quatro períodos, com mais de 20 trabalhos: Jayme Abreu (CBPE – 35 trabalhos) e Anísio Teixeira (Inep/CFE – 29 trabalhos);
- publicação nos quatro períodos, com mais de 10 trabalhos (inclusive) e menos de 20: Newton Sucupira

(Universidade do Recife/CFE – 18 trabalhos), Valnir Chagas (Universidade do Ceará/CFE – 16 trabalhos), Pe. José de Vasconcelos (CFE – 13 trabalhos);

- publicação nos quatro períodos, com menos de 10 trabalhos: Nádia Franco da Cunha (CBPE – 9 trabalhos), Lúcia Marques Pinheiro (CBPE – 7 trabalhos) e Heloísa Marinho (Instituto de Educação da Guanabara – 5 trabalhos);
- publicação em três períodos, com mais de 10 trabalhos: Celso Kelly (CFE – 12 trabalhos);
- publicação em três períodos, com menos de 10 trabalhos: Durmeval Trigueiro (CFE e Coordenador dos Colóquios Estaduais para a Organização dos Sistemas de Ensino – 9 trabalhos), Péricles Madureira de Pinho (CBPE/CFE – 9 trabalhos), Lourenço Filho (Professor Emérito da Universidade do Brasil – 8 trabalhos), Carlos Pasquale (Inep/CEE-SP – 7 trabalhos), Michael John McCartty (CBPE – 7 trabalhos), Maurício Rocha e Silva (CFE – 6 trabalhos), J. A. Lauwerys (Universidade de Londres – 5 trabalhos), Aparecida Joly Gouveia (Centro Regional de Pesquisas Educacionais-SP/USP – 5 trabalhos);
- os conselheiros que mais publicaram na *RBEP* ao longo do período foram Anísio Teixeira, Newton Sucupira, Valnir Chagas, Pe. José de Vasconcelos, Celso Kelly, Durmeval Trigueiro e Maurício Rocha e Silva.

Dos 18 autores citados com maior quantidade de trabalhos publicados na *RBEP* ao longo do período estudado, sete são ligados ao Inep/CBPE/Centros Regionais, seis ao Inep e ao CFE, três ao CFE, um ao Instituto de Educação do Estado da Guanabara e um à Universidade de Londres.¹⁹

Os dados estatísticos apresentados nesta seção reforçam a hipótese de que a

¹⁷ São eles: Heloísa Marinho (Instituto de Educação da Guanabara, cinco trabalhos), J. A. Lauwerys (Universidade de Londres, cinco trabalhos), Carlos Chagas (Universidade do Brasil, quatro trabalhos) e Samuel Pfromm Netto (USP, três trabalhos). É muito provável que esses autores façam parte dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais ou sejam peritos da Unesco. Lourenço Filho é apresentado como Professor Emérito da Universidade do Brasil. Na seção Através de Revistas e Jornais, não é apresentada a identificação institucional dos autores.

¹⁸ Ligados exclusivamente ao Inep/CBPE são: Jayme Abreu, Nádia Franco da Cunha, Lourenço Filho, Lúcia Marques Pinheiro e Carlos Pasquale. Ligados exclusivamente ao CFE são Newton Sucupira e Valnir Chagas. Ligados ao Inep e ao CFE são Anísio Teixeira, Durmeval Trigueiro e Péricles Madureira de Pinho.

¹⁹ Almeida Junior, que no período entre 1944 e 1952 foi um dos autores que mais publicou na *RBEP* (Gandini, 1995); entre os anos de 1962 e 1966 tem dez trabalhos publicados, sendo sete como relator de pareceres.



RBEP, além de ser uma revista editada por um órgão oficial, publica preferencialmente artigos de autores que têm alguma ligação com o Inep e com o Conselho Federal de Educação.

3.6 Leitor imaginário (1962 a 1971)

A identificação do leitor imaginário dos editores da *RBEP*, devido à distância histórica, consiste apenas no levantamento de algumas hipóteses. Propõe-se como hipótese que ele seja: historiador da educação e formulador/"implantador" de política educacional. Para fundamentar esta hipótese analisar-se-á, abaixo, brevemente, o tipo de material que é publicado e dois editoriais nos quais é apresentada uma auto-análise do papel da *Revista* para a educação brasileira.

No Editorial do número 100, outubro/dezembro de 1965, ao serem relatadas as dificuldades financeiras que a *Revista* encontrava para ser publicada, o editor afirma:

Ao ser lançado o centésimo número, registra-se a continuidade editorial alcançada pela *RBEP*, apesar dos obstáculos que se antepõem, entre nós, a publicação de natureza técnica, visando a um grupo *limitado de leitores* (Editorial, 1965b, p. 219 – grifo nosso).

Ressalta-se nesta citação que o editor tinha a consciência de que o grupo de leitores era limitado por se tratar de uma revista de natureza técnica.

No Editorial do número 110, abril/junho de 1968, é exposto o papel da *RBEP* nas reformas educacionais que estavam ocorrendo. O autor afirma:

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* vem-se esforçando por refletir essas preocupações e esse estado de espírito, divulgando estudos e documentos que oferecem subsídios para sua compreensão (Editorial, 1968a, p. 225).

Os documentos publicados pela *Revista* no período consistem de artigos discutindo as reformas e modelos educacionais, síntese de congressos, estudos estatísticos sobre a situação da educação no Brasil, modelos de organização educacional de outros países, legislação educacional e pareceres/indicações do CFE. Durante todo o período são publicados decretos com a aprovação de regimentos de universidades. A publicação desses materiais técnicos fornece dados ao número limitado de leitores da *RBEP*, isto é, para os formuladores/"implantadores" de política educacionais, visando a compreensão da história da educação e modelos educacionais.

3.7 A linha editorial da *RBEP* (1962 a 1971)

Visando à identificação da linha editorial da *Revista*, explicitar-se-ão os modelos e regras adotados para a construção do conhecimento da realidade, os problemas considerados legítimos e os princípios básicos: os não problematizados e aqueles em relação aos quais se busca o consenso.

Os procedimentos metodológicos para essa análise serão os seguintes: a análise dos editoriais da *RBEP*, procurando identificar as concepções explicitadas pelos editores da revista; o que é publicado na *RBEP*; o que não é publicado apesar de ter relevância no debate; o que é publicado com atraso; e o destaque dado aos documentos ao serem publicados.

3.7.1 Os modelos e regras adotados para a construção do conhecimento da realidade (1962 a 1971)

Nos editoriais da *RBEP*, nos quais são analisadas as funções do Inep e da *Revista*, aponta-se que o papel do Instituto é o de coordenar pesquisas e de divulgar os seus



resultados. Nos editoriais encontram-se as seguintes afirmações:

Dada a organização descentralizada e diversificada dos serviços de ensino, ao Inep, como instrumento de coordenação nacional da obra educativa do País, compete colher, analisar e divulgar os dados sobre as experiências que se ensaiam nas várias unidades da Federação (Editorial, 1965a, p. 6).

O objetivo dos Centros, especialmente consignado no decreto que os instituiu, é a pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo. É ainda a elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do País, figurando ainda o preparo de material de ensino, incluindo livros de fonte e de texto, e o treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escola normais e primárias (Editorial, 1966a, p. 5).

Jayme Abreu, no Editorial do número 106, abril/junho de 1967, ao criticar as proposições defendidas na III Conferência de Educação, defende que as propostas na área de educação devem fazer referência à experimentação, como ocorre em outras áreas do conhecimento. Péricles Madureira de Pinho, no Editorial do número 109, janeiro/março de 1968, ao discutir a formação de professores, defende tese próxima da de Abreu, isto é, de que as propostas para formação de professores devem ser baseadas na experimentação.

O modelo que as pesquisas e a experimentação educacional devem seguir é apresentado por Jayme Abreu no Editorial do número 115, julho/setembro de 1969, no qual, ao retomar as propostas da Conferência de Atlantic City, defende que a experimentação deve estar vinculada à análise teórica.

Os editores são claros na definição do modelo teórico a ser utilizado nos trabalhos publicados pela *Revista*, a saber,

o escolanovista. A defesa desse modelo pode ser identificada, conforme visto anteriormente, nos números 94, abril/junho de 1964, e 95, setembro/dezembro de 1964. No Editorial do número 100, outubro/dezembro de 1965, os editores são explícitos na defesa do modelo escolanovista:

Não obstante o pioneirismo do mestre [Rui Barbosa], é com a elite de educadores, que subscrevem o manifesto histórico de 1932 pela “educação nova” que se afirma entre nós uma orientação realmente modernizadora no campo do ensino como uma das manifestações vigorosas da cultura brasileira em florescência, a partir da Semana de Arte Moderna de 1922 (Editorial, 1965b, p. 217).

Os editores da *RBEP* consideram que o modelo organizacional da Universidade de Brasília (UnB) deve ser seguido pelas outras instituições. Esta hipótese baseia-se nos seguintes indícios: primeiro, no Editorial do número 91, julho/setembro de 1963, ao defenderem a extinção do sistema de cátedras, utilizam como referência os Institutos Centrais da UnB; segundo, a publicação no número 85, janeiro/março de 1962, e no número 89, janeiro/março de 1963, respectivamente dos decretos que instituíram a Fundação Universidade de Brasília e a Aprovação do Estatuto da Universidade de Brasília;²⁰ terceiro, vários dos artigos que são publicados na *RBEP* utilizam o modelo da UnB como referência.

Portanto, os editores da *RBEP* utilizam como regras e modelos para a definição da linha editorial da Revista a articulação entre a teoria e a experimentação, os princípios escolanovistas e o modelo organizacional da Universidade de Brasília.

3.7.2 Os problemas considerados legítimos (1962 a 1971)

As grandes questões referentes ao ensino superior que os editores da *RBEP*

²⁰ No período entre 1962 e 1971 também são publicados decretos de aprovação de outros estatutos de universidades federais.



consideram relevantes durante o período de 1962 e 1971 são as relativas: à formação de profissionais que atendam às necessidades de desenvolvimento do país (Editorial, 1966b, p. 183; Editorial, 1968b, p. 218-219); à expansão do ensino superior (Britto, 1962, p. 3); à identificação de fontes de recursos para a educação (Abreu, 1970, p. 6) e à formação de professores (Pinho, 1968, p. 6).²¹

3.7.3 Os princípios básicos: os não problematizados (1962 a 1971)

A tônica principal da linha editorial da *RBEP* refere-se à necessidade do planejamento da educação visando ao desenvolvimento do País. Os outros princípios básicos adotados pelos editores da *Revista* são derivados deste. Como exemplo da adoção deste princípio, no Editorial do número 98, abril/junho de 1965, Jayme Abreu (1965, p. 162) elogia a atuação dos participantes da I Conferência de Educação por defenderem a articulação dos esforços e o “planejamento ao invés da conduta acidental”. Na mesma linha, o autor do Editorial do número 107, julho/setembro 1967, ao defender o papel das escolas particulares, o faz afirmando que a expansão e as atividades dessas escolas devem estar relacionadas com o planejamento da educação. Lúcia Marques Pinheiro, no Editorial do número 117, janeiro/março 1970, critica o fato de a expansão das oportunidades educacionais não estar vinculada a um planejamento educacional.

Os editores da *RBEP* assumem a idéia de que a formação de profissionais deve ser planejada para que esteja vinculada às necessidades do desenvolvimento do País. No início da década de 1970, Jayme Abreu, no Editorial do número 119, julho/setembro de 1970, ao analisar os altos custos da educação, defende que a formação de profissionais deve atender às necessidades de recursos humanos do País.

Ao tratar sobre o planejamento da expansão do ensino superior, os editores da *RBEP* assumem a visão de que deve ocorrer a expansão das vagas nas instituições existentes e não a expansão das universidades. No Editorial do número 91, julho/setembro de 1963, intitulado “Institutos Universitários e a Pesquisa Científica”, Newton Sucupira critica o sistema de cátedra por não permitir a racionalização do uso dos recursos. O autor do Editorial do número 112, outubro/dezembro de 1968, ao fazer crítica velada à Reforma Universitária, aponta que um dos defeitos da expansão do ensino superior é o da proliferação de novas universidades e do conseqüente desperdício de recursos.

Os editores da *Revista* defendiam a substituição do sistema de cátedra pelo sistema departamental. Esta posição torna-se evidente quando, no número 91, julho/setembro de 1963, é publicada, na seção secundária Conselho Federal de Educação, a discussão dos conselheiros em relação à manutenção ou não do sistema de cátedra e, no Editorial, assinado por Newton Sucupira (1963), o sistema de cátedra é apontado como uma das causas da não reestruturação das universidades.²²

O princípio mais repetido nos editoriais da *Revista* é o da articulação entre a formação acadêmica e a profissional ou, em outros termos, a articulação entre formação acadêmica e utilitária. Por exemplo, no Editorial do número 92, outubro/dezembro de 1963, Celso Kelly (1963, p. 8), ao discutir as virtudes da LDB/1961, afirma que o ensino médio, “é, ao mesmo tempo geral e vocacional, cuida da formação do homem e o inicia numa profissão ou carreira”. Anísio Teixeira defende a articulação entre o ensino acadêmico e o utilitário, ao discorrer sobre o aspecto revolucionário da educação, no Editorial do número 90, abril/junho de 1963. Jayme Abreu, ao discursar sobre o investimento na educação, no Editorial do número 119, julho/setembro de 1970, defende explicitamente a educação humanística como requisito para a formação utilitária.

²¹ Outras questões recorrentes na *RBEP* são as que se referem a construções escolares e às televisões educativas.

²² O Editorial é uma versão resumida do artigo de Newton Sucupira intitulado “Universidades e Institutos”, publicado na seção Através de Revistas e Jornais do número 85, janeiro/março de 1962. Além de o Editorial conter as mesmas idéias do artigo, em algumas partes a redação é a mesma.



Os editores da *RBEP* compreendiam que o Conselho Federal de Educação (CFE) seria o fórum apropriado para a discussão e elaboração da Reforma Universitária. Apesar de o CFE ser apenas citado em dois editoriais,²³ ocorrem os seguintes indícios: a publicação da seção secundária Conselho Federal de Educação; mesmo quando essa seção é extinta, os pareceres dos conselheiros continuam a ser publicados em outras seções da *Revista*; o relatório da Comissão Meira Mattos, que faz crítica veemente à atuação do CFE, não é publicado na *RBEP*; a publicação do artigo de Paulo Ernesto Tolle que reconstrói o debate ocorrido no CFE em torno do sistema de cátedras no primeiro número após o golpe militar; a publicação dos Decretos-Leis nº 53/66 e nº 252/67, que reestruturaram as universidades federais, é antecedida por nota que informa serem eles baseados em parecer/indicação do CFE.

Resumindo, os editores da *RBEP* utilizam como princípios básicos na elaboração da linha editorial da *Revista*, principalmente em relação ao ensino superior, a idéia da necessidade do planejamento da educação. Coerentemente com essa idéia, entendem que a formação de profissionais deve atender às necessidades de desenvolvimento do País, que deve ocorrer a expansão das vagas e não das universidades, e que a formação profissional seja articulada com a utilitária. Para a implantação dessas concepções deve ocorrer a substituição do sistema de cátedra pelo sistema departamental, além de o CFE ser considerado o fórum adequado para as discussões referentes à Reforma Universitária.

3.7.4 Os princípios básicos: aqueles em relação aos quais se busca o consenso (1962 a 1971)

No período entre 1962 e 1971, os acontecimentos históricos colocam a *RBEP* diante

do fato de que há crescente processo de legislação referente à educação. No caso específico da Reforma Universitária, tem-se, em um primeiro momento, o estabelecimento dos decretos-leis que reformulam as universidades federais e, em um segundo momento, a promulgação das leis e decretos que implantam a Reforma Universitária.

Nos editoriais da *RBEP* é explícita a posição dos editores contrária ao estabelecimento da Reformas Educacionais através da promulgação de legislação. Tomam-se aqui, alguns exemplos. No Editorial do número 32, outubro/dezembro de 1963, Celso Kelly, ao analisar a LDB/1961, defende que a virtude dessa lei é permitir a elaboração de diversas reformas complementares. No Editorial do número 106, abril/junho de 1967 – no qual são publicados, na seção Legislação, os Decretos-Leis nº 53/66 e nº 442/67, que reestruturaram as universidades federais – Jayme Abreu (1967) não faz nenhuma referência aos Decretos-Leis, mas prefere criticar as teses defendidas na III Conferência de Educação por não se basearem na pesquisa metódica, mas, sim, em opiniões; atribui essa postura à “nossa formação cultural lítero-jurídica”.²⁴ Não é possível afirmar categoricamente que a crítica de Jayme Abreu tenha como objetivo a promulgação dos citados decretos-leis. Contudo, é um indício de que os editores da *RBEP* se posicionam contra as reformas feitas por legislação.

Os editores procuram conciliar, na linha editorial da *Revista*, a tese contrária à postura de fazer a Reforma Universitária mediante decretos-leis com a valorização da urgência do CFE na sua elaboração. Deve-se entender esta tentativa como tensão entre as teses contrárias à promulgação de legislação e as que valorizam a participação do CFE.

Essa tensão quanto à publicação dos decretos-leis de reestruturação das universidades federais é observada, por um lado, no Editorial de Jayme Abreu, que questiona as teses que defendem a reformulação da educação via legislação, e no fato de os editores da *Revista* relutarem em publicar os

²³ O CFE é citado nos editoriais do número 94, abril/junho de 1964, e do número 95, setembro/dezembro de 1964.

²⁴ As Conferências de Educação foram organizadas, nesse período, pelo Inep. No número 106, abril/junho de 1967, é publicado, na seção Documentação, o discurso de Anísio Teixeira na III Conferência de Educação.



Decretos-Leis nº 53/66 e nº 252/67, pois eles foram publicados apenas no número 106, com data de capa de abril/junho de 1967 e não no número 105, janeiro/março de 1967, como seria de esperar.²⁵ Por outro lado, antecedendo a apresentação dos decretos-leis, tem-se a seguinte informação ao leitor:

Com base no Parecer-Indicação número 442/66 do Prof. Valnir Chagas, aprovado pelo Conselho Federal de Educação no mês de agosto último, o Pres. Castelo Branco expediu os seguintes Decretos-Leis que consubstanciam a doutrina e diretrizes firmadas pelo Conselho (Reestruturação..., 1967, p. 313).

A tensão acima descrita pode ser identificada no destaque dado na *Revista* a dois pareceres/indicação de Valnir Chagas. O primeiro, o Parecer/Indicação nº 442/66, foi publicado na seção secundária Conselho Federal de Educação do número 103, julho/setembro de 1966; o segundo é a Indicação nº 48/67, intitulada “Continuidade e terminalidade do processo de escolarização”, publicada na seção primária Estudos e Debates do número 110, abril/junho de 1968. No primeiro, Valnir Chagas elabora a proposta de lei que, com pequenas alterações de redação, constituirá o Decreto-Lei nº 53/66, sobre a Reestruturação das Universidades Federais; portanto, no parecer é proposta a redação de legislação. A Indicação nº 48/67 é um texto doutrinário no qual Valnir Chagas defende que todas as etapas do ensino devem permitir a continuação dos estudos e, ao mesmo tempo, que o estudante que interrompa os estudos obtenha qualificação profissional. Portanto, é um parecer que, apesar de influenciar a legislação futura, não contém a proposta de uma lei. Considerando que a seção secundária Conselho Federal de Educação, entre os anos de 1965 e 1967, é publicada apenas três vezes, que os documentos publicados nessa seção têm destaque gráfico menor que os publicados nas outras seções²⁶ e que nesse período os

pareceres eram publicados nas seções Estudos e Debates e Documentação, pode-se inferir que os documentos que produzem doutrinas são mais valorizados pelos editores do que os documentos que propõem legislação. Poder-se-ia argumentar, contrariamente a esta inferência, que não seria adequado publicar uma proposta de legislação na seção primária Estudos e Debates; contudo, é importante ressaltar que, nesse período, a linha editorial da *Revista* indicaria que o Parecer/Indicação nº 442/66, de Valnir Chagas, deveria ser publicado na seção Documentação, na qual o destaque é o mesmo ao dado à seção Estudos e Debates.

No número 111, julho/setembro de 1968, é apresentado o relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e, também, publicado o artigo de Newton Sucupira (1968) intitulado “A Reestruturação das Universidades Federais”, no qual o autor defende a promulgação dos Decretos-Leis nº 53/66 e nº 442/67. É interessante notar que, na *Revista*, Newton Sucupira é identificado como sendo da Universidade do Recife e não como membro do CFE; não se diz que o artigo foi apresentado no “II Seminário sobre Assuntos Universitários” promovido pelo CFE e nem que o artigo foi publicado anteriormente na separata da revista *Documenta* número 31, em novembro de 1967. Pode-se interpretar que a demora da publicação resulta da linha editorial da *Revista*, que defende que a Reforma Universitária não deve ocorrer mediante legislação, e que ele é finalmente publicado nesse número por relatar que os princípios presentes nos Decretos-Leis nº 53/66 e nº 442/67 são resultados das doutrinas e jurisprudências elaboradas pelo CFE.

No número 124, outubro/dezembro de 1971, o autor do Editorial, ao discutir a importância da formação profissional do magistério, ressalta que a legislação sem a prática não reformula a educação. É interessante notar que os editores da *RBEP* mantêm posição contrária a Reformas Educacionais via legislação, mesmo depois de feitas as

²⁵ Os Decretos-Leis nº 58/66 e nº 252/67 são, respectivamente, de 18 de novembro de 1966 e de 28 de fevereiro de 1967. No número 105, janeiro/março de 1967, é publicado o discurso de posse de Carlos Pasquale como diretor do Departamento Regional do Senai, em São Paulo, proferido em 10 de março de 1967. Como os decretos-leis têm a sua publicação anterior ao discurso de Pasquale, eles poderiam ter sido divulgados pela *Revista* no número anterior ao número no qual foram publicados.

²⁶ Na seção secundária Conselho Federal de Educação, a letra tem corpo menor do que nas seções primárias Estudos e Debates e Documentação.



reformas legislativas do ensino superior e de 1º e 2º graus.²⁷

Os editores da *RBEP*, diante dos fatos que conduzem à Reforma Universitária de 1968, buscam estabelecer o consenso de que ela não deve ocorrer por meio de normas estabelecidas pela legislação. Entende-se que os editores da *Revista* não desconsideraram as idéias contrárias à sua visão, como foi usual na sua história, pelo fato de que a elaboração da legislação estava contando com a participação efetiva de dois conselheiros do CFE próximos ao Inep: Valnir Chagas e Newton Sucupira.

Considerando a postura hesitante dos editores da *Revista* em relação à publicação ou não das teses em favor da Reforma Universitária mediante a promulgação de legislação, propõe-se a seguinte hipótese: o grupo de conselheiros que utiliza a RBEP para exercer a liderança moral e intelectual no período entre 1966 e 1968 divide-se em dois subgrupos divergentes. De um lado estão Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro e, de outro, Newton Sucupira e Valnir Chagas.

4 O Inep em tempos de indefinições e de busca de identidade (1972 a 2002)

De sua instalação (em 1938) até 1971, o Inep tem seus projetos e planos de ação coincidindo com os projetos e planos das figuras eminentes de Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Terminados os períodos de influência destes, o Inep entra em longo *tempo de indefinições e busca de identidade* própria.

Nesta seção será reconstruída a história do Inep compreendida entre os anos de 1972 e 2002. Discutir-se-á a hipótese de que os diversos momentos de crise e indefinição da *RBEP* coincidem com os momentos de crise e indefinição do próprio Instituto e que, a partir da década de 1980, a *Revista*, paulatinamente, deixa de ser um instrumento do exercício da liderança pelo Inep na elaboração de políticas públicas.

Em um primeiro momento, será tratado o subperíodo compreendido entre os anos de 1972 a 1975, denominado *tempos de documentação*; em um segundo, de 1976 a 1979, *tempos de desmonte*; o terceiro, de 1980 a 1995, *tempos da comunidade acadêmica*; e o último, de 1995 a 2002, *tempos da agência de avaliação*.

4.1 Tempos de documentação: 1972 a 1975

Em janeiro de 1972, o coronel Ayrton de Carvalho Mattos assume a direção do Inep. Segundo o perfil traçado por Saavedra (1988, p. 82), Mattos não tinha nenhum vínculo significativo com a educação; é considerado um administrador hábil e, por isso, conseguiria dar os encaminhamentos necessários para a intervenção no Instituto que tinha o “estigma de esquerdista”. No mesmo ano, em novembro, pelo Decreto nº 71.407,²⁸ o Inep é reestruturado, tendo a seguinte finalidade descrita no artigo 1º:

... como órgão central de direção superior, exercer todas as atividades necessárias ao estímulo, coordenação, realização e difusão da pesquisa educacional no País.

Em relação às competências apresentadas no decreto da sua instalação em 1938, são marcantes as seguintes diferenças: primeiro, não é previsto o oferecimento de assistência técnica do Instituto aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação; segundo, em 1938, é previsto que o Inep irá promover pesquisas, inquéritos e investigações; em 1972, usam-se os termos “estímulo, coordenação, realização”.

O Decreto nº 71.407 mantém a existência do CBPE e dos Centros Regionais, contando cada um deles com Secretaria Executiva, Coordenação de Estudos e Pesquisas Educacionais e Coordenação de Publicações, Documentação e Informações. No Decreto nº 38.460/1965, de instauração dos Centros,

²⁷ A Lei 5.692/71 foi publicada no número 123 (p.114-129, jul./set. 1971).

²⁸ É interessante notar que em 1938 o Inep é instalado a partir de um decreto-lei e que em 1972 ele é alterado por um decreto. Todas as outras alterações do Inep também ocorrem por decreto, excluindo a de 1997, que é alterada por medida provisória. Na medida provisória o legislador tem a perspicácia de simplesmente revogar o decreto-lei de 1938.



previa-se, no seu artigo 4º, que eles “teriam regime de financiamento especial e gozando de flexibilidade e independência das campanhas nacionais de educação”, tendo apenas como exigência a aprovação, pelo ministro da Educação, dos planos elaborados pelo Inep. Em 1972, ao contrário, os Centros não teriam independência, de tal maneira que seriam nomeados, em comissão, pelo Presidente da República, tanto o diretor do CBPE e de cada um dos Centros Regionais como os coordenadores previstos.

Apesar da reforma do Inep prever a existência dos Centros Regionais de Pesquisa, ainda no ano de 1972 foram extintos o Centro Regional de São Paulo e alguns órgãos regionais de outros Estados (Saavedra, 1988, p. 82).

Mattos, à frente do Inep, lança dois programas: “o Programa Anísio Teixeira, voltado para estudos, levantamentos e pesquisas, e o Programa Lourenço Filho, para a criação de um subsistema de documentação e informação educacional” (Saavedra, 1988, p. 84). A grande marca de Mattos foi a modernização dos serviços do Inep:

No ano de 1975, o órgão estava totalmente renovado, com inúmeros equipamentos de microfilmagem, terminal ligado ao sistema Prodasen, as atividades sendo desenvolvidas por equipes de especialistas e funcionários treinados e, diferente do que havia sido prognosticado, um relacionamento de trabalho bastante tranquilo, quer entre os servidores, quer entre estes e a direção (Saavedra, 1988, p. 89).

A ênfase na modernização dos processos de documentação dada por Mattos é que permitiu titular esta seção como “Tempos de documentação”:

Carvalho Mattos estabeleceu um programa de trabalho alicerçado nas modernas técnicas organizacionais. A nosso ver, o setor mais beneficiado foi o de documentação e informação com o projeto DIE [Documentação e Informação Educacional] (Saavedra, 1988, p. 130).

No período de Mattos, a pesquisa realizada e coordenada pelo Inep direciona-se principalmente para o fortalecimento da tendência psicopedagógica (Saavedra, 1988, p. 130). No estudo de Paulo Rosas (1984) sobre a psicologia na *RBEP*, os números dedicados a esse tema são: o número 126, abril/junho de 1972, “dedicado ao estudo da criança carenciada”; o número 127, julho/setembro de 1972, “o diagnóstico dos deficientes mentais”; o número 139, julho/setembro de 1976,²⁹ que trata sobre o bem-dotado; e, o número 141, janeiro/abril de 1977, que traz vários artigos sobre a influência dos aspectos gráficos de jornais e revistas infantis e juvenis.

A *RBEP*, nesse período, teve os números 134 e 136 censurados por seu conteúdo, tendo sido a tiragem recolhida e destruída, ficando apenas alguns exemplares guardados por funcionários (Saavedra, 1988, p. 131).³⁰ A defesa da publicação desses números teria sido um dos motivos do desligamento de Mattos no final de 1975. É interessante notar que até o número 134, a *RBEP* apresenta editorial; a partir desse número não haverá mais a publicação sistemática de editorial. Após o número 136, a *RBEP* fica um ano sem circular. No número 137, janeiro/março de 1976, é anexada uma pequena folha esclarecendo que, por decisão do Conselho de Redação, os números referentes a 1975 passam a circular com data do ano de 1976, corrigindo assim o “aparente atraso”. É a primeira grande crise na periodicidade da revista.

4.2 Tempos de desmonte: de 1976 a 1979

Após a rápida passagem de Francisco Cruz Barbosa Lopes, por cinco meses, na direção do Inep, assume, em 2 de agosto de 1976, Maria Mesquita Siqueira, com a missão de transferir o Inep definitivamente para Brasília (Saavedra, 1988, p. 91-92). Em tom de quem viveu a dramaticidade dos fatos,

²⁹ Apesar deste número ser lançado depois da saída de Mattos do Inep, provavelmente a *RBEP* ainda sofre influência da tendência psicopedagógica implantada por ele.

³⁰ Ao consultar mais de uma biblioteca, não se sentiu a falta desses números; ou os procedimentos de recolhimento dos números não obtiveram resultados ou eles foram posteriormente reeditados. Na biblioteca da PUC de Campinas, há os seguintes registros de entrada: os números 133, 134 e 135, no dia 6 de abril, e o número 136, no dia 23 de junho de 1976.



Saavedra descreve a reunião em que os funcionários foram comunicados da mudança:

Professora Maria Mesquita de Siqueira, que, no dia 31, reúne toda a equipe do Centro e comunica a transferência total do órgão para Brasília. Foi a primeira vez que os funcionários a viram. Não houvera sequer tempo nem oportunidade para um conhecimento do que se fazia no CBPE. Não houve qualquer argumento que modificasse a situação. Era mudar ou sair, simplesmente (Saavedra, 1988, p. 132).

Ao transferir todos os órgãos do Inep para Brasília, a biblioteca do Instituto foi doada para a UFRJ. Provavelmente essa doação buscou atender ao reclamo dos intelectuais cariocas da perda que seria a transferência da Biblioteca do Inep, que contava com mais de 73 mil volumes (Saavedra, 1988, p. 93).³¹ Em 14 de junho de 1977, pelo Decreto nº 79.809, o CBPE é definitivamente extinto. No artigo 3º do referido decreto são definidas as competências do Inep:

- I – Coordenar a pesquisa educacional no País, estabelecendo, anualmente, em consonância com as entidades interessadas, um programa de estudos, pesquisas e experimentação de âmbito nacional, complementado com a manutenção de um fluxo permanente de informações;
- II – Estimular a pesquisa educacional no País, mediante apoio financeiro a entidades que tiveram seus projetos incluídos no programa anual, prestar assistência técnica para a elaboração e/ou desenvolvimento de projetos e colaborar no preparo de recursos humanos;
- III – Realizar pesquisas educacionais básicas e aplicadas, constantes do programa anual;
- IV – Difundir trabalhos desenvolvidos pelo órgão, bem como trabalhos de outras fontes, que contribuam para o aprimoramento da educação nacional;
- V – Operar e manter um sistema de documentação e informações educacionais

que apóie a realização de estudos, pesquisas e experimentação e possibilite ao Inep exercer sua função de órgão coordenador da pesquisa educacional no País.

Em linhas gerais, o decreto prevê que o Inep continuaria com a sua tripla função: pesquisa/documentação/disseminação da informação. Em relação à pesquisa educacional, o Inep deixa definitivamente de ter a função de realizá-la e passa a ter a função de coordenar e financiar as pesquisas realizadas por outros, isto apesar do inciso III prever a realização de pesquisas pelo Instituto. Essa alteração, de certa forma, facilita a aproximação da comunidade científica, que busca o financiamento das suas pesquisas. Considerando os recursos (ou a falta deles) para a realização das novas atribuições do Inep, percebe-se que as mudanças visam esvaziar o Instituto em vez de procurar novos rumos. Como visto acima, o Inep perdeu a sua biblioteca. Em relação ao quadro de funcionários, segundo o relato de Saavedra (1988, p. 95-96 e 132), contava-se com poucos recursos humanos. Finalmente, sobre os recursos financeiros para estimular a pesquisa: alguns depoimentos no seminário realizado por Vanilda Paiva em 1985 informam que o Inep não contou com os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades (Linhas..., 1985).

A crise que se instalou no Inep com a alteração do regimento, com a transferência para Brasília e pela drástica redução de funcionários tem reflexos na periodicidade e pontualidade da *RBEP*. Em 1977 é publicado apenas o número 141, e, na capa, a indicação dos meses (janeiro a abril) mostra que a sua periodicidade passou de trimestral para quadrimestral. No ano de 1978 é publicado apenas o número 142, referente a maio/agosto. Sguissardi e Silva Jr. (1998, p. 101-102) identificam que os números referentes ao biênio 79/80 (do 144 ao 148) não tiveram conselho editorial. Essa falta de conselho editorial torna-se patente nas poucas

³¹ Saavedra relata a indignação dos intelectuais cariocas em relação à perda da biblioteca para demonstrar a insatisfação geral em referência à transferência do Inep para Brasília.



subdivisões da *RBEP*, contrariando a tradição da revista. O número 145, setembro/dezembro de 1979, pode ser considerado o ápice da crise por falta de conselho editorial; nesse número não há divisão em seções.

Em março de 1979, com a mudança do ministro da Educação, assume Letícia Maria Santos de Faria, funcionária de carreira do Inep. Em sua gestão, busca avaliar a organização interna do Instituto e a relevância das pesquisas financiadas. A tônica da administração de Faria foi no sentido de valorizar o pessoal técnico do Inep e de transformar as atividades técnicas em projetos (Saavedra, 1988, p.100-102).

4.3 Tempos da comunidade acadêmica: 1980 a 1995

É difícil precisar a data em que o Inep se aproxima da comunidade acadêmica.³² Esse processo de aproximação pode ser marcado com a administração do coronel Ayrton de Carvalho Mattos na primeira metade da década de 1970, quando o seu diretor faz visitas a vários centros de pesquisas. Nessa gestão, o Inep deixa de ser promotor de pesquisas e inquéritos e passa a ter o papel de estimular, coordenar e realizar pesquisas. Mas esse é o momento em que, por um lado, aumenta significativamente o poder de ingerência do presidente da República no Instituto e, por outro, a ênfase da administração é dada aos procedimentos internos. Pode ter-se como marco ainda a reestruturação de 1977 porque ela reforça o papel do Inep como financiador da pesquisa educacional; contudo, esse é o momento de desmonte e da extinção do CBPE. Escolheu-se a data de 1980 como marco por não coincidir com o início do mandato de nenhum dos diretores do Inep. Ressalta-se que, por um lado, há aproximação da comunidade acadêmica com o Inep, e, por outro, a ligação dos novos diretores com essa comunidade.

Hélcio Ulhôa assume o Inep em 1981. Saavedra (1988, p. 103) assim descreve o seu perfil: sociólogo, ex-reitor da Universidade Federal do Piauí, com ligações com a comunidade acadêmica e com experiência administrativa no MEC como chefe de gabinete do ministro Eduardo Portella. Na sua administração, Ulhôa, busca transformar o Inep no mediador entre o MEC e a comunidade educacional. Saavedra, após deixar transparecer o seu desagrado pela possível desvalorização por Ulhôa dos funcionários da casa, descreve sua política de pesquisa:

Para o Programa de Pesquisas foram estabelecidas duas linhas de atuação: a linha de Fomento, destinada ao apoio técnico-financeiro a projetos encaminhados por instituições, fortalecendo a demanda espontânea de fora para dentro, ou seja, apoiando a diagnose feita pelos próprios pesquisadores das necessidades do estudo científico das questões educacionais; e, a linha de Demanda, voltada para dentro do MEC, isto é, para o atendimento às solicitações das Secretarias-fim no sentido de oferecer o conhecimento da realidade educacional. Essa “linha” caracterizaria a mediação do Inep entre o MEC e a comunidade educacional (Saavedra, 1988, p. 103-104).

Em relação às atividades de documentação, Ulhôa criou o Sistema de Informações Bibliográficas em Educação, Cultura e Desporto (Sibe), sendo a sua biblioteca-núcleo o Centro de Informações Bibliográficas do MEC (Cibec). Também reorganizou todo o sistema de documentação histórica do Inep e da educação em geral (Saavedra, 1988, p. 106; Costa, 1984, p. 246-247).

Em relação às publicações do Inep, no período de Ulhôa foram lançados dois novos periódicos: *Em Aberto* e o *Informativo*. O primeiro teria a função de incentivar a reflexão crítica e o debate; o segundo, de apresentar as realizações do Inep. Observa-se que a soma das linhas editoriais das duas novas revistas coincide com a linha editorial da *RBEP*. Provavelmente essa opção editorial,

³² É possível se falar em reaproximação, considerando que os Centros Regionais de Pesquisa Educacional, criados na segunda metade da década de 1950, tinham como objetivo o estreito contato com a comunidade.



somada à idéia de oferecer novos rumos ao Inep, fez com que a *RBEP* não tenha sido editada entre os anos de 1980 e 1983.

Em abril de 1983 assume Lena Castello Branco Ferreira Costa, professora da Universidade Federal de Goiás e Conselheira do CFE. Costa, ao assumir o Inep, relança a *RBEP*, com nova estrutura. O Editorial assinado pelo Comitê Editorial apresenta os novos rumos da *Revista*.

Continuidade traduzida no compromisso de contribuir para que se aperfeiçoe a elaboração em nosso país, mediante a disseminação de estudos, propostas, debates e informações, inspirados sempre nos mais elevados padrões intelectuais e éticos da pesquisa e do conhecimento. Mudança diante da situação anterior, que se prolongou por décadas, de quase exclusividade desta revista como periódico de abrangência nacional dedicado a temas educacionais, em si mesmos nem sempre consensuais.

[...]

Sem deixar de divulgar as políticas, os projetos e as idéias do MEC, buscará ser um órgão que abra espaços para idéias e contribuições daqueles que se dedicam ao estudo e à busca de meios e modos que levem à ampliação e à melhoria das oportunidades educacionais, a serviço do povo brasileiro (Editorial, 1983, p. 7).

Assim, a *RBEP* assume o duplo papel de ser um veículo do debate dos interessados sobre questões educacionais e de divulgação das políticas, projetos e idéias do MEC. Esse objetivo da revista é encontrado já no seu primeiro número, em 1944, mas a ementa publicada por muitos anos na revista indicava que os artigos seriam “solicitados”. A partir do número 147, maio/agosto de 1983, é demonstrado na *Revista* o interesse pela efetiva colaboração da comunidade, ao apresentar, como o fazem outras revistas acadêmicas, as normas de publicação e a existência de consultores para avaliar os artigos recebidos. A partir desse momento, publica colaborações, em vez de artigos solicitados. Outro indicador dessa aproximação é o fato de o comitê editorial

da *RBEP* contar com figuras da comunidade acadêmica, funcionários de carreira do Inep e pessoas historicamente ligadas ao Inep. Em 1984 eram eles:

Valnir Chagas, Navarro de Brito, Helena Lewin, Luis Antônio Rodrigues da Cunha, Maria Laís Mousinho Guidi, Carlos Roberto Jamil Cury, José Luis Domingues, Bernadete Gatti, Vera Candau, Newton Sucupira, Magda Soares, Walter Garcia e Jader de Medeiros Britto (Costa, 1984, p. 247)

Em uma vista panorâmica pelos números que seguem – do 147, maio/agosto de 1983, ao 198, maio/agosto de 2000 – encontra-se farta distribuição de artigos de autores ligados à comunidade acadêmica. Essa aproximação é reforçada nos artigos que avaliam a história da revista e do Inep. Na edição comemorativa dos 150 números da *RBEP*, em 1984, a grande maioria dos artigos é de autores vinculados à Universidade. Em outros números são publicados esporadicamente outros artigos com caráter histórico, analisando a *RBEP* e o Inep, todos de autores ligados às instituições acadêmicas.³³

Em 1985, Vanilda Paiva, ao assumir o Inep, na Nova República, promove um seminário convidando funcionários de carreira do Instituto e várias pessoas ligadas à comunidade acadêmica para avaliar e propor a linha de atuação para o Inep. Nas diversas falas reproduzidas na *RBEP*, transparece que a função do Instituto estaria baseada no tripé pesquisa/documentação/disseminação da informação. Em relação à pesquisa, o debate deu-se em torno do papel do Inep em referência às pesquisas realizadas pelo MEC e pela comunidade acadêmica (Linhas..., 1985).

Ainda na Nova República, apesar de toda a discussão promovida por Vanilda Paiva, o Inep deixa de ser um órgão de fomento à pesquisa e volta a cumprir o papel de assessoramento do Ministério da Educação (Inep, 2002). Durante o governo de José Sarney, o Inep ainda terá dois outros diretores, Pedro Demo e Manuel Marcos Maciel Formiga.

³³ São eles: “A educação no período Kubitschek: os Centros de Pesquisa do Inep”, de Marcus Vinicius Cunha (1991); “A imprensa periódica e a pesquisa histórica: estudos sobre o *Boletim de Educação Pública* e a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*”, de Diana Gonçalves Vidal e Marilena Jorge Guedes de Camargo (1992); “A produção intelectual sobre educação superior na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP)”, de Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Jr (1998); “Regionalização da pesquisa e inovação pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep (1950-1960)”, de Libânia Nacif Xavier (1999); “Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil: análise de artigos da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1944-1974)”, de Lídia Alvarenga (2000).



No início do governo Collor, o Inep quase foi extinto (Inep, 2002). A *RBEP*, que sempre foi sensível às crises do Instituto, registra novamente os descompassos por que ele passa. Durante o governo Collor, é publicado apenas o volume 71, correspondente a 1990, tendo sido os seus três números (167, 168 e 169) encadernados juntos, contendo sumários independentes.

Apesar dos poucos dados encontrados sobre o retorno do Inep à condição de órgão de assessoramento do MEC, levanta-se aqui a hipótese de que, no período em que o Inep se afasta da comunidade acadêmica, a *RBEP* continua próxima, pois ela mantém a mesma política editorial instaurada em 1983. A relação histórica da *Revista* com a

comunidade acadêmica pode ser caracterizada por quatro momentos: o primeiro, que é anterior a 1983, é o monólogo do Inep; o segundo é a tentativa de diálogo entre o Inep e a comunidade acadêmica; o terceiro é o monólogo da comunidade acadêmica que se inicia no final da década de 1980, pois nesse período a *Revista* deixa de ser um órgão de divulgação das ações do Ministério da Educação e do Inep – por exemplo, nos números posteriores ao seminário realizado por Vanilda Paiva, não se encontrou artigos dos diretores do Inep apresentando a sua proposta de atuação no Instituto nem a legislação sobre as reestruturações realizadas no Instituto; o quarto momento é o da tentativa de retomar o diálogo na segunda metade da década de 1990, como veremos em seguida.

Quadro 2 – Data de publicação da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*

Volume	Número	Mês	Ano	Publicado em
73	175	set./dez.	1992	set. 1994
74	176	jan./abril	1993	dez. 1994
	177	maio/ago.	1993	dez. 1994
	178	set./dez.	1993	set. 1995
75	179/180/181	jan./dez.	1995	jul. 1996
76	182/183	jan./ago.	1995	set. 1996
	184	set./dez.	1995	jan. 1997
77	185	jan./abril	1996	abr. 1998
	186	maio/ago.	1996	maio 1998
	187	set./dez.	1996	jul. 1998
78	188/189/190	jan./dez.	1997	set. 1998
79	191	jan./abril	1998	jan. 1999
	192	maio/ago.	1998	ago. 1999
	193	set./dez.	1998	abr. 2000
80	194	jan./abril	1999	jan. 2001
	195	maio/ago.	1999	maio 2001
	196	set./dez.	1999	fev. 2002
81	197	jan./abril	2000	maio 2002
	198	maio/ago.	2000	out. 2002
	199	set./dez.	2000	maio 2003



O possível descompasso entre as funções do Inep e a linha editorial da *RBEP* podem explicar a crise de pontualidade de circulação instaurada no final da década de 1980.

Com a crise do Inep durante o governo Collor, a *RBEP* deixou de ter relativa pontualidade e passa a contar com constante atraso.³⁴ A partir de 1994 é impressa nas primeiras páginas da *Revista*, logo acima da ficha catalográfica, a data de publicação da *Revista*. No Quadro 2, em que se apresenta a data da capa e a de publicação da *Revista*, pode-se observar que, em 1994, há um esforço para atualizar a sua periodicidade, tanto que, nesse ano, no mês de dezembro, são publicados dois números. Na mudança de governo em 1995, é publicado apenas um número; em 1996, dois, e em 1997, um.

4.4 Tempos da agência de avaliação: 1995 a 2001

Em 1995, ao iniciar o governo de Fernando Henrique Cardoso e tendo como ministro da Educação Paulo Renato Souza, a direção do Inep é assumida por Maria Helena Guimarães de Castro, professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em 1996, Castro afasta-se da direção do Inep para assumir a Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (Sediae), sendo substituída pelo diretor-executivo Og Roberto Dória. Nesse período, no verso da página de rosto da *RBEP*, ao serem apresentados os créditos institucionais, primeiro aparece o nome Secretaria de Avaliação e Informação Educacional e o da sua secretária; na seqüência é apresentada a direção do Inep. Este fato indica que as atividades do Inep estavam vinculadas à Sediae.

Para atender à nova política implantada pelo ministro da Educação, o Instituto é transformado em autarquia pela Medida Provisória nº 1.568/1997 (que, ao ser

aprovada pelo Congresso Nacional, tornou-se a Lei nº 9.448). A nova organização do Inep é instituída com as seguintes finalidades:

- I – organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- II – planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- III – apoiar os Estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- IV – desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;
- V – subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;
- VI – coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- VII – definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- VIII – promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior;
- IX – articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral.

Nesse período, o Inep cumpre basicamente duas funções: a de produzir e disseminar a informação educacional e a de avaliação do sistema educacional brasileiro. O tradicional papel do Inep em disseminar a informação é realizado pelo Cibec por meio de sua biblioteca e do *site* do Inep. Com a reformulação, Maria Helena Guimarães de

³⁴ A identificação da pontualidade da *RBEP* é uma tarefa difícil. A impressão que se tem é que a *Revista*, em diversos momentos da sua história, foi pontual, mas é uma impressão difícil de comprovar. Em alguns momentos, apresenta uma data de publicação que mostra o seu atraso; por exemplo, o número 19, com data de capa de janeiro de 1946, traz no colofão: 1947 – Imprensa Nacional Rio de Janeiro – Brasil. Os números 94 e 95, com data de capa de 1964, informam que a *Revista* foi composta e impressa em 1965. A partir do número 175, indica sempre a data de impressão mostrando o seu atraso.



Castro retorna à presidência do Instituto e, em palestra proferida na UFRJ, apresenta, com propriedade, a nova configuração do Instituto:

[...]
o Inep foi virtualmente refundado em 1997, quando assumiu como missão a produção e disseminação de informações para subsidiar as políticas educacionais dos diferentes níveis de governo [...]. Com a redefinição das competências e responsabilidades dos três níveis de governo, efetivada por meio da Emenda Constitucional nº 14 e da nova LDB (Lei nº 9.423, de 20 de dezembro de 1996), emergiu com maior nitidez o novo papel a ser desempenhado pelo Inep, como órgão responsável pelo desenvolvimento de sistemas nacionais de avaliação e da produção das estatísticas educacionais (Castro, 1999).

Em setembro de 1998 é feita nova tentativa de atualizar a periodicidade da *Revista* com a edição cumulativa dos três fascículos (188/189/190, jan./dez. 1997) que formam o volume 78, o qual é iniciado por um aviso “Aos leitores”, em que a presidenta do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, anuncia nova reformulação da *RBEP*. Além de prometer a reformulação gráfica, Castro assim descreve as seções que serão implantadas:

A primeira parte da revista abrigará três seções distintas. A seção ‘Estudos’ será ocupada por artigos inéditos, estimulando a produção acadêmica na área educacional. A seção “Segunda Edição”, conforme está explicitado no seu conceito, promoverá o resgate de trabalhos relevantes para a compreensão do desenvolvimento histórico e do cenário atual da educação brasileira. Por fim, a seção “Questão em Debate” abrirá espaço para que sejam suscitados novos temas e novos ângulos de abordagem para animar o debate educacional.

Na sua segunda parte, a *RBEP* privilegiará publicação de artigos de caráter técnico sobre temas diretamente ligados às áreas de atuação do Inep – Avaliação e Estatísticas Educacionais. A intenção é

divulgar os resultados mais relevantes produzidos pelos sistemas de avaliação, pelos censos educacionais e pelas pesquisas correlatas realizadas pelo Inep (...).

A terceira parte da *RBEP* será dedicada aos informes do Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec) sobre as bases de dados e as atividades do Inep (...) (Castro, 1998, p.3-4).

Pelas seções descritas por Castro, a *RBEP* destinar-se-ia a divulgar a produção da comunidade acadêmica sobre educação, a estimular o debate e a divulgar a produção do Instituto. No número 191, janeiro/abril de 1998, acontece a prometida reformulação, contudo a seção Questão em Debate não aparece. A presença da comunidade acadêmica neste novo período da *Revista* não garante o seu diálogo com o Instituto, pois as seções destinadas a cada uma das partes estão apenas justapostas, não havendo efetivo debate, dado que a grande maioria dos artigos da comunidade acadêmica não versa sobre temas relacionados à política educacional. Dos 45 artigos publicados entre os anos de 1999 e 2002, apenas oito tratam sobre política educacional.

Nessa nova fase, a periodicidade da *Revista* continua irregular: em 1999 são publicados dois números; em 2000, apenas um; em 2001, dois; e em 2002, também dois. Este fato sugere que a *RBEP* não é compreendida como um instrumento do Instituto para o exercício de uma liderança intelectual das reformas educacionais, como foi desde o seu lançamento em 1944, até o ano de 1971. A postura da nova linha editorial da *Revista* é coerente com a postura assumida pelo Instituto de ser uma agência de avaliação do Ministério da Educação. Na “Apresentação” de Castro ao número 191, janeiro/abril de 1998, afirma:

Com essas inovações, a *RBEP* busca adequar-se às mudanças lideradas pelo Ministério da Educação, aliando à sua tradição o dinamismo atual que vem transformando a realidade educacional do País (Castro, 1998, p. 5).



Conclusão

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) foi concebido em 1936, na gestão do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. A sua instalação ocorreu em 1938, graças à habilidade política de Lourenço Filho, que vinculou as atividades do Instituto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), órgão que tinha prestígio no Estado Novo. Esta vinculação permitiu, por um lado, o desenvolvimento de pesquisas educacionais; e, por outro, que a estrutura inicial do Inep visasse atender às necessidades do Dasp. Em relação às atividades referentes à educação, o Inep, em sua história, caracterizou-se por desenvolver atividades relacionadas à documentação, à pesquisa e à divulgação pedagógica e executar políticas públicas para a educação.

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, desde o seu primeiro número, foi uma publicação oficial do Inep, mantendo autonomia em relação ao Ministério da Educação. Durante o período em que Lourenço Filho teve forte influência no Inep (1938-1952), a sua linha editorial manteve-se coerente com a proposta apresentada no seu primeiro número: adota o ponto de vista nacional, assume a postura escolanovista e trata de temas práticos. Na gestão de Murilo Braga (1946-1952) como diretor do Inep, os artigos relacionados aos temas práticos tiveram o volume de publicação diminuído, porém os de psicologia aplicada aumentaram. A *Revista* publica até 1983 apenas artigos solicitados, o que evidencia a proposta de os seus editores exercerem a liderança moral e intelectual em relação à educação.

Anísio Teixeira, ao assumir a direção do Inep em 1952, retomou o objetivo de tornar o Instituto um órgão de pesquisas educacionais. Em 28 de dezembro de 1955, criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. O CBPE foi um centro de pesquisa dentro de um instituto

de pesquisa, fato que se deve interpretar como a tentativa de Anísio Teixeira romper com o passado do Inep.

O “Discurso de Posse” de Anísio Teixeira e seu artigo “A administração pública brasileira e a educação” são textos paradigmáticos. A análise desses textos permite conhecer as questões, modelos, regras e princípios que são referência para a produção de conhecimentos expressos nos artigos publicados na *Revista* nesse período. A produção desses conhecimentos é consequência do exercício do poder em um Aparelho de Estado, o Inep. E a *RBEP*, ao publicar as concepções de um grupo, é o instrumento para que se consolide a liderança intelectual e moral desse grupo.

No período 1962 a 1971, a influência de Anísio Teixeira no Inep (e consequentemente, na *RBEP*) é marcante, mesmo após o Golpe Militar de 1964, quando deixa de exercer o cargo de diretor do Instituto.

A análise estatística dos autores presentes na *RBEP* revela que os que mais publicaram têm ligação com o Inep e/ou com o CFE. Nesse período, a composição do Conselho de Redação praticamente mantém-se inalterada, o que permite a constância da sua linha editorial. A leitura dos editoriais e a visão geral do que é publicado, do que não é publicado e de quando é publicado permite afirmar que os editores da *Revista* adotaram como regras e modelos para a definição da linha editorial os seguintes aspectos: a articulação entre a teoria e a experimentação, os princípios escolanovistas e o modelo organizacional da Universidade de Brasília.

Os editores da *RBEP* posicionaram-se contrários à visão de que a Reforma Universitária deveria ser realizada mediante atos legislativos. Diante da promulgação das legislações referentes à Reforma Universitária, os editores procuram conciliar a posição contrária à Reforma Educacional mediante legislação com o fato de que a legislação que estava sendo elaborada tinha forte influência do CFE.

Entre os anos de 1972 a 2002, o Inep passa por várias crises e momentos de



indefinição. O primeiro tempo desse período é o da direção do coronel Ayrton de Carvalho Mattos, que assume o Inep com a função explícita de nele intervir, já que era considerado uma instituição “esquerdista”. Na reestruturação promovida pelo coronel Mattos, o Inep abandona o papel de realizar pesquisas próprias e passa a ser uma agência de promoção e estímulo à pesquisa educacional. Durante a sua gestão, o Inep fortalece o papel de documentação mediante a modernização do sistema dos serviços por ele prestado. Em relação às pesquisas, o Instituto retoma a tradição de promover pesquisas psicopedagógicas, fato que se materializa nas publicações da *RBEP*.

Os *tempos de documentação*, como é nomeado aqui o período do coronel Mattos, terminam com a crise instaurada pela censura a dois números da *RBEP*. A postura de Mattos em defender a publicação dos dois números censurados é coerente com a tradição de independência do Instituto.

Entre os anos de 1975 e 1979 o Inep passa por *tempos de desmonte*, marcados pela transferência do Inep para Brasília, a doação de sua biblioteca para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, nova mudança no seu regimento, no qual é aprofundada a transformação do Inep em agência financiadora de pesquisa em vez de realizá-las, e a extinção definitiva do CBPE.

Os *tempos de desmonte* são percebidos na *RBEP* em dois fatos: primeiro, nos anos de 1977 e 1978 é publicado apenas um número por ano; segundo, nos anos de 1979 e 1980 ela é lançada sem contar com Conselho Editorial. Estes fatos sugerem que o Instituto, apesar de não ter sido extinto, não tem uma definição clara de linha de atuação.

A partir do início da década de 1980, o Inep aproxima-se da comunidade acadêmica, tanto por contar com dirigentes pertencentes a esta comunidade como pelo fato de transformar-se em uma agência financiadora de pesquisas, mesmo com poucos recursos. A *RBEP*, no início desse tempo, deixa de ser publicada. No ano

1983, é relançada com o objetivo de (re)estabelecer o diálogo com a comunidade acadêmica.

Durante o governo de José Sarney, a *Revista* deixa de ser um periódico que tem íntima relação com o Inep. Nesse momento, o Inep volta a ter o papel de assessoramento do Ministério da Educação, e a *RBEP* continua próxima à comunidade acadêmica, não mais como um canal de diálogo, mas como um instrumento de monólogo da comunidade acadêmica. A pouca importância dada à *Revista* pelo Instituto torna-se notória com os constantes atrasos e irregularidades na sua publicação.

Os *tempos de agência de avaliação* instauram-se na segunda metade da década de 1990, quando o Inep é novamente reestruturado com a finalidade de tornar-se o órgão do MEC responsável pela avaliação do sistema do ensino superior, além de manter a sua tradicional atividade de disseminar a informação das pesquisas educacionais. A *Revista*, no ano de 1999, novamente é reestruturada, visando assumir o papel de discutir com a comunidade acadêmica as políticas educacionais implantadas pelo Instituto, a avaliação do ensino superior. Apesar da reorganização da *Revista* para se estabelecer o diálogo do Inep com a comunidade acadêmica, até o ano de 2002 a irregularidade da publicação da *Revista* sugere que ela não é um instrumento considerado prioritário para esse diálogo.

A história da *RBEP* e da sua linha editorial até o início da década de 1980 se confunde com a história do Inep. Ela, aos poucos, deixa de ser um órgão (periódico) que reflete o movimento interno do Instituto, tanto que a legislação que o reformulou no governo Sarney e a que o reformulou no governo Fernando Henrique Cardoso não são publicadas na *Revista*. É possível que a nova fase de revitalização da *Revista*, que se inicia em 2003, consiga estabelecer o diálogo com a comunidade acadêmica e volte a refletir o movimento interno do atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A história dirá.

Referências bibliográficas

ABREU, Jayme. Editorial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 106, p. 179-188, abr./jun. 1967.

_____. Editorial: Consideração sobre uma política nacional de investimento em educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 119, p. 5-14, jul./set. 1970.

_____. Editorial: I Conferência Nacional de Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 98, p. 161-164, abr./jun. 1965.

_____. Editorial: Uma política para a pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 115, p. 6-12, jul./set. 1969.

ALVARENGA, Lídia. Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil: análise de artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 198, p. 244-272, maio/ago. 2000.

AZEVEDO, Fernando de. Na pesquisa das raízes de uma instituição. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 18-26, set./dez. 1964.

BRITTO, Jader de Medeiros. Editorial: Presença da Revista na Educação Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 239-240, maio/ago. 1984.

BUFFA, Ester. Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases e a participação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 150, p. 303-313, maio/ago. 1984.

CAPANEMA, Gustavo. Apresentação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-4, jul. 1944.

CARNEIRO, Otávio Dias. Editorial: Educação e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 87, p. 3-6, jul./set. 1962.

CASTRO, Amélia Domingues. A didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos um percurso de quatro décadas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 291-300, maio/ago. 1984.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Aos leitores. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.78, n. 188/189/190, p. 3-4, jan./dez. 1997.

_____. Apresentação: a nova RBEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 191, p. 5, jan./abr. 1998.

_____. *O Inep ontem e hoje*. Palestra proferida no evento “Um olhar sobre Anísio”, promovido pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ) e pela Fundação Anísio Teixeira, em 2 de setembro de 1999. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/noticias/1999/inep_ontem_e_hoje.doc. Acesso em: 19 dez. 2002.

COSTA, Lena Castelo Branco Ferreira. Inep: Novos rumos e perspectivas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 241-254, maio/ago. 1984.



CUNHA, Marcus Vinicius da. A educação no período Kubitschek: os Centros de Pesquisa do Inep. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 72, n. 172, p. 175-195, maio/ago. 1991.

[EDITORIAL] Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-6, jul. 1944.

EDITORIAL: Atividades do Inep programadas para 1965. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 97, p. 5-7, jan./mar. 1965a.

EDITORIAL: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 100 números a serviço da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 217-219, out./dez. 1965b.

EDITORIAL: Dez anos de trabalho. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 101, p. 5-7, jan./mar. 1966a.

EDITORIAL: Universalização do ensino primário, dever primordial de uma democracia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 102, p. 183-184, abr./jun. 1966b.

EDITORIAL. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 110, p. 225-226, abr./jun. 1968a.

EDITORIAL. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 112, p. 217-219, out./dez. 1968b.

EDITORIAL: Habilitação profissional do magistério e o ensino fundamental. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 124, p. 267-269, out./dez. 1971.

EDITORIAL. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 64, n. 147, p. 7, maio/ago. 1983.

GANDINI, Raquel. *Intelectuais, estado e educação*: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952). Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995. 249 p.

O INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos em sete anos de atividades. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 95-135, out. 1945.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Um pouco da história do INEP*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/institucional/historia.htm>>. Acesso em: 19/12/2002.

KELLY, Celso. Editorial: Lei de Diretrizes: Reforma de Base da Educação Nacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 92, p. 3-9, out./dez. 1963.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 255-272, maio/ago. 1984.

LINHAS de atuação do Inep (Seminário). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n. 153, p. 305-343, maio/ago. 1985.

LOURENÇO FILHO, Manoel B. Antecedentes e primeiros tempos do Inep. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 8-17, set./dez. 1964.



PASQUALE, Carlos. Editorial: Da educação depende o resgate de condições sociais injustas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 41 n. 94, p. 131-133, abr./jun. 1964.

PINHEIRO, Lucia Marques. Editorial: Desenvolvimento democrático pela escola primária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 117, p. 5-8, jan./mar. 1970.

PINHEIRO, Lúcia Marques. Organização e funções do Centro de Documentação Pedagógica da França. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 61, p. 154-169, jan./mar. 1956.

PINHO, Péricles Madureira de. Editorial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 109, p. 5-7, jan./mar. 1968.

_____. Ato Institucional e competência do Conselho. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 94, p. 237-238, abr./jun. 1964b.

_____. Editorial: Antes do dicionário brasileiro de educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 5-7, set./dez. 1964a.

REESTRUTURAÇÃO das universidades federais [Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966; Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967]. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 106, p. 313-317, abr./jun. 1967.

RENAULT, Abgar. Cultura e universidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 48-59, set./dez. 1964.

ROSAS, Paulo. A Psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 314-336, maio./ago. 1984.

SAAVEDRA, Silvia Maria Galiac. *Passos e descompassos de uma instituição de pesquisa educacional no Brasil: a realidade do Inep*. Brasília, 1988. 279 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília.

SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, n. 150, p. 273-290, jun./ago. 1984.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR., João dos Reis. A produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 193, p. 95-112, set./dez. 1998.

SUCUPIRA, Newton. Editorial: Institutos Universitários e a Pesquisa Científica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 91, p. 3-5, jul./set. 1963.

_____. A reestruturação das Universidades Federais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 111, p. 83-95, jul./set. 1968.

TEIXEIRA, Anísio. Discurso de Posse do Prof. Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952.

_____. A administração pública brasileira e a educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 61, p. 3-23, jan./mar. 1956.

TEIXEIRA, Anísio. Editorial: Revolução e educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 90, p. 3-7, abr./jun. 1963.

_____. A universidade de ontem e de hoje. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 27-47, set./dez. 1964.

TOLLE, Paulo Ernesto. Exame e redefinição do conceito de cátedra no ensino superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 94, p. 164-188, abr./jun. 1964.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A imprensa periódica e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 175, p. 407-430, set./dez. 1992.

XAVIER, Libânia Nacif. Regionalização da pesquisa e inovação pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep (1950-1960). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 194, p. 81-92, jan./abr. 1999.

■ José Carlos Rothen, doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), é professor do curso de mestrado do Centro Universitário do Triângulo.

Abstract

This paper presents the history of Inep (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), from the year of its foundation (1938) to 2002. The articles published by the Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos are the main sources of analysis. The article discusses the political alliances, made from 1938 to 1971, that allowed Inep to be installed and consolidated as a state institution used by a group called escolanovistas to employ their intellectual leadership in the elaboration and implementation of educational policies. It also discusses the hypothesis that the periods of crises and uncertainty lived by the Journal (RBEP) coincide with the moments of crises and uncertainty lived by Inep itself, and from 1980 on, RBEP is gradually discharged as an instrument of leadership by Inep.

Key words: Inep, RBEP, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, documentation

Recebido em 21 de junho de 2004.